

JORNALISMO:

HUMANIZAÇÃO E COMPROMETIMENTO SOCIAL

CARLOS ALBERTO VICCHIATTI





Reitor

Prof. Alcides Ribeiro Filho

Vice-Reitor

Prof. Me. José Carlos Barbosa Soares

Pró-Reitor Acadêmico

Prof. *PhD.* Carlos Alberto Vicchiatti

Pró-Reitor de Relações Institucionais

Prof. Msd. Luiz Antonio de Faria

Pró-Reitor de Desenvolvimento

Prof. Msd. Divino Eterno de Paula Gustavo

Pró-Reitor Financeiro

Prof. Esp. Leandro Júlio dos Santos Faria

Pró-Reitor de Controladoria

Marcello Oliveira Ferreira

Pró-Reitor Jurídico

Wallace Braz Francisco

Pró-Reitor de Extensão e Apoio Estudantil

Prof. Me. Claudio Everson da Silva e Souza



EXPEDIENTE

Editora-chefe

Prof^a. Dr^a. Michele Giacomet

Editor-assistente

Peterson Daniel Vieira

Bibliotecárias

Ana Márcia Santana Lima
Eliana Batista Pires e Silva
Francisca Rodrigues da Silva

Layout e diagramação

Peterson Daniel Vieira

Capa

Cleyton Nascimento

Vicchiatti, Carlos Alberto.

Jornalismo: humanização e comprometimento social /
Carlos Alberto Vicchiatti. - Aparecida de Goiânia: Centro
Universitário Unifan, 2021.

EBOOK

50 páginas. Inclui Referências.

ISBN: 978-65-89165-05-7

1. Jornalismo.
2. Comunicação social.
3. Informação.
4. Imprensa.
5. Indústria midiática.
6. UNIFAN.
7. Centro Universitário Unifan.
8. Mídia.
9. *Gatekeeper*.
10. *Deadlines*.
11. Discurso jornalístico.
12. Ciências Sociais Aplicadas.
13. Carlos Alberto Vicchiatti.
14. Quarto poder.
I. Autor. II. Título.

CDU: 070.11(817.3)

Justificativa, agradecimentos e oferenda

Apresento aos leitores três razões que sustentam a escrita do que aqui está: primeiro, minha necessidade de libertar meu espírito, por meio de reflexões e confissões; segundo, meu desejo de partilhar ideias e sentimentos específicos, principalmente, com meus colegas profissionais da educação, adultos e jovens; e, terceiro, minha vontade de ser capaz de escrever um pouco daquilo que meus semelhantes queiram compreender.

Agradeço muito a uma pessoa que faz a diferença e agrega muito à minha vida: Elisabete Dentello Vicchiatti, minha esposa, minha amiga e, acima de tudo, minha conselheira. Seus conselhos nortearam muitas decisões que nos levaram a vitórias, sempre conquistadas com muita perseverança. Sou-lhe sempre muito grato

Submeti cada um dos textos à avaliação de leitores voluntários e, também, a estudantes jovens e adultos, pelos olhares de confiança, concomitantes à expressão “Ainda quero escrever assim como...”.

Por tudo, levo a público, mais esta produção, cuja autoria e mérito são tanto dos colaboradores e inspiradores acima citados que compuseram esta orquestra, quanto meus.

Enfim, ofereço esses escritos a todos os que deles puderem usufruir.

O Autor

Sensibilidade jornalística aplicada à educação

Luiz Antônio de Faria¹

Há algum tempo, nasceu um menino de nome Carlos. É brasileiro, mestiçado de europeus. Cresceu e estudou muito nas escolas e na cultura do povo do estado de São Paulo. Herdou as características dos bandeirantes que buscavam ouro em Minas Gerais e Goiás, até que veio parar aqui: – atento o bastante, discreto, reservado, calado ou de pouca prosa, observador inigualável – na mira de objetivos claros e possíveis. Lembra Bartolomeu Bueno da Silva, O Anhanguera, mas é Professor. O ouro que busca está nos desafios da Educação.

O que parece contraditório é que se tornou bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP). E não se sossegou: – fez mestrado em Educação no Ensino Superior; doutorado em Comunicação e Semiótica; e, pós-doutorado em Comunicação. Provavelmente, no decorrer destas duas últimas pesquisas, descobriu que sua sensibilidade jornalística deveria ser dedicada à educação. Ouviu, e atendeu ao chamado.

Vicchiatti disponibilizou toda sua sensibilidade à humanização e ao comprometimento social a serviço da Educação em nível Superior. Com sabedoria, exerce funções docentes, com habilidades atualizadas para a gestão educacional e avaliação. Isso tem resultado na orientação e qualificação de universitários para promoverem o bem estar e a cidadania das gerações do presente e do futuro.

Hoje, está entre os profissionais mais requisitados no Brasil, pelo que é, enquanto pessoa e, pelo que sabe fazer. Credenciado pelo Ministério da Educação, é avaliador de cursos e de instituições de Educação Superior, públicas e privadas; é membro gestor da Associação Aparecidense de Educação; e, Pró-Reitor Acadêmico do Centro Universitário Alfredo Nasser, instituição que ajudou construir.

Com essa ampla formação, o Professor Carlos, no *Capítulo 1: O contraponto do jornalismo mecânico* faz severas críticas ao jornalismo em que os seres humanos são descredenciados da sua condição de humanos. Repudia o jornalismo impregnado pela intenção principal da venda da notícia da indústria midiática, com valores específicos. Dentre

¹ Prof. Msd. em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Portugal; Especialista em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Alfredo Nasser, GO; Esp. em Ciências da Educação, pela Universidade Lusófona de Portugal; Licenciado em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari, MG; Prof. Efetivo da Rede Estadual de Educação de Goiás; e, Prof. e Pró-Reitor de Relações Institucionais do Centro Universitário Alfredo Nasser.

estes, cita ‘atualidade’, ‘superficialidade’, ‘ceticismo’, e ‘tecnicismo’: – nada que agregue esclarecimento ou conhecimento ao consumidor da notícia.

Estética e pluralidade é o Capítulo 2. Nele, é bom ler e partilhar a ideia da função principal do jornalismo: – ajudar a formar senso crítico das pessoas da comunidade destinatária de suas informações – em que o jornalista deve conhecer e utilizar de forma plural, várias mídias e linguagens, atento à qualidade do texto, da foto e do discurso, da cidadania e da ética; trabalhar pela verdade, pela justiça, pela (in)formação da opinião pública e pelo nivelamento das desigualdades sociais, ao se atentar as tendências e oportunidades do mercado de trabalho, das oportunidades e potencialidades da comunidade em seu todo. Tudo isso com estética

O *Capítulo 3, A busca pelo real com estética*, esclarece acerca das adaptações necessárias que o jornalista deve realizar, permanentemente, na utilização dos recursos tecnológicos que se colocam a favor da agilidade de seus trabalhos. Ao mesmo tempo, trata das contradições ocorridas em razão da necessidade das especializações cada vez mais exigidas em todos os setores das atividades humanas, especificamente no jornalismo. As tecnologias sempre ajudam, mas não resolvem todos os problemas: doenças, ignorância, poluição, fome, pobreza...

A recuperação da função social do jornalismo, Capítulo 4, é como se fosse a reafirmação dos três anteriores, a começar pelo título – o que faz o jornalismo para a sociedade – orienta ou desorienta; informa com respeito ou distorce verdades; está a serviço da comunidade destinatária ou a serviço da corporação que recebe ordens, favores e vantagens de empresários e políticos. Enfim, faz pensar acerca da Comunicação Social; acusa o jornalismo em suas fragilidades, ameaças sofridas e causadas; esclarece acerca de suas potencialidades, oportunidades perdidas e aproveitadas. É tão claro que serve de referência para todos os profissionais que utilizam as palavras e as imagens como meios para exercerem suas atividades rotineiras.

Para finalizar, alerta, com propriedade de conhecimento, que *JORNALISMO: humanização e comprometimento social* é mais um referencial para os profissionais que se dedicam às ciências das linguagens de agora, para estudantes de hoje e do futuro. Ao mesmo tempo, confesso que aceitei ao convite, por eu ter aprendido muito ao observar a sensibilidade que ele tem na leitura dos fenômenos sociais e educacionais. Agradeço, com orgulho, a este Professor, pela oportunidade de ter lido, participado e opinado aqui, efetivando e consagrando a sonhada parceria que devem estabelecer entre si, todos os membros da comunidade acadêmica.

A encruzilhada civilizatória do jornalismo

Júlio César Borges²

Atenção leitores(as)! A leitura deste livro não lhes passará incólume. Das suas linhas ecoa um chamado para posicionamento dos jornalistas perante a sociedade brasileira: contribuir com a melhoria da qualidade de vida, informando com responsabilidade cidadã, ou atender unicamente aos interesses dos veículos (e patrocinadores) que os empregam oferecendo notícias-produto direcionadas ao consumidor típico das mídias e grandes cidades? Eis as direções a tomar, das duas, uma.

De início, sobressai deste instigante livro uma concepção pragmática da linguagem. Seu autor, doutor em Comunicação e Semiótica e Pós-doutor em Comunicação, demonstra com clareza a força performativa das palavras emitidas pelos jornalistas. Não apenas dizem algo (como supõe a referencialidade de Saussure); são, sim, parte de uma ação ou são a própria ação – elas constroem o mundo (como demonstram a semiótica de Peirce e a teoria dos atos de fala de Austin). Que mundo o jornalismo tem criado?

O poder do jornalismo está nas palavras (escritas ou faladas), cuja seleção e edição são maquiadas para fazer parecer verdade. Empregadas no atual sistema de mídias, suas palavras nos fazem aplaudir o grotesco, nos introjetam a ideologia dominante, sem questionamentos e, nos levam a naturalizar a estrutura social desigual e excludente. Fazem-nos, sempre, prontos ao consumo, que movimenta o capital, engrenagem vital da economia capitalista globalizada. Paraphraseando Luiz Antônio de Faria, citado por Vicchiatti, aqui no Cap. 1, p. 13, as palavras reúnem e dispersam, libertam e escravizam, vestem ou retiram máscaras de verdades.

A questão ‘por que as notícias são como são?’ está no cerne das preocupações teóricas sobre o jornalismo, desde o final do século XIX. Considerando que ‘o jornalismo realiza uma construção social da realidade e, que as notícias *não são mero espelho do mundo*’ explica-se diante dos fatos de que os jornalistas têm se subjugado: – à teoria do agendamento (as notícias agendam os assuntos das conversas e decisões cotidianas); – à abordagem do *gatekeeper* (as empresas de comunicação têm mais peso na seleção e filtragem das notícias, ou do que é noticiável, do que o profissional jornalista); – à rotinização (as rotinas no interior das redações jornalísticas formatam o texto noticiado); – à teoria organizacional (condicionantes

² Professor e pesquisador do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), onde também é assessor especial da Pró-Reitoria Acadêmica. Possui graduação em Ciências Sociais (UFG), mestrado e doutorado em Antropologia Social (UnB).

organizacionais moldam a atividade profissional do jornalista); e, – à análise de discurso (as notícias são discursos produzidos em meio a relações de poder e interesses subjacentes, nem sempre explícitos).

Ou seja, devemos estar atentos aos processos cognitivos e sociológicos da produção e recepção das notícias, aos seus constrangimentos institucionais e às dimensões socioculturais da linguagem e da comunicação. O presente livro desperta e alimenta esta atitude crítica.

Crítica dirigida ao jornalismo mecânico. Aquele que, sendo estanque, não abre a percepção do leitor ao contexto (político, ideológico, social, econômico e cultural) do fato noticiado.

Como mercadoria, a notícia é simplificada para facilitar sua comercialização. Diante de ‘notícias-produtos’, com informações de fácil processamento intelectual, que povoam os formatos gráfico-editoriais dos nossos jornais, nosso autor defende um jornalismo crítico que, ao fornecer informações contextualizadas, aponta possíveis alternativas para solução de problemas da coletividade. O jornalismo comercial, ao contrário, se apoia no consumo fácil das notícias-produto e, por isso, não estimula o senso crítico na direção de uma sociedade melhor. Antes, desumaniza.

Diante desse cenário, Carlos Alberto Vicchiatti advoga uma formação humanista pluralista dos jornalistas. O engajamento consciente, como formador de opinião, é requisito humano básico do jornalismo na direção da justiça, da democracia e da cidadania. Para que seja um agente transformador da realidade social, o jornalista deve se libertar dos *deadlines*, bem como da onipresente pressão dos índices de audiência e de vendagem. Formações pluralistas e humanistas se somam ao profissionalismo no compromisso com sua época, cujos temas devem ser aprofundados com consistência analítica, rigor técnico e checagem de eventuais boatos, antes de sua divulgação, como texto jornalístico.

O livro nos faz ver a dramatização da narrativa jornalística. A mídia – no mundo e no Brasil – tem hoje, sua forma própria de observar e relatar fatos. Os estereótipos dos personagens da notícia – vilões, mocinhos, fortes e fracos, justos, injustos e justiceiros – são também personagens de nossa ‘novela’ do dia-a-dia, mudando de *script* e, de fala, a cada edição dos telejornais, jornais e revistas. Ante os estereótipos dos personagens, o jornalista com formação humanística (técnica, científica, ética e estética), ao abordá-los, atenta-se para os perigos das máscaras que o obrigam usar. Ele se vê forçado a vitimizar alguém? É constrangido a perseguir ou a salvar? Quem e, por quê?

Estas e outras perguntas conduzem a um posicionamento claro do nosso autor. Para ele, é imprescindível aos jornalistas maior envolvimento com as comunidades em que vivem.

Se o jornalismo não se engaja nas mudanças necessárias, nem sugere ou aponta soluções para os problemas sociais centrais, urge recuperar sua missão de leitor da realidade e formador de opinião crítica. Está posto o ‘desafio civilizatório’ pertinente ao jornalismo: discernimento para despertar consciências e motivar atitudes promissoras a mudanças urgentíssimas requeridas por nossa sociedade.

O manejo, cada vez mais refinado da informação, (instrumento de vanguarda) está no cerne da redefinição do papel do jornalista – informar com responsabilidade cidadã, senso de estética e compromisso com qualidade de vida da sua comunidade. É lidar com a informação a serviço do Bem público, voltada ao aperfeiçoamento da nossa jovem e instável democracia: mais participativa, com justiça social e aberta à diversidade étnico-racial.

Carlos Alberto Vicchiatti assume a postura de um jornalismo humanista, crítico e socialmente comprometido. É nessa direção que convida seus(suas) leitores(as) a caminhar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - O contraponto do jornalismo mecânico	13
CAPÍTULO II - Estética e pluralidade	25
CAPÍTULO III - A busca pelo real com estética	34
CAPÍTULO IV - A recuperação da função social do jornalismo	44
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

O amplo sistema de mídias que compõe o aparato da Comunicação Social é responsável pela manutenção de uma teia de relações ideológicas e simbólicas. Este sistema – convoca, cada vez mais, a sociedade ao consumo e ao prazer; – alimenta e sedimenta a estrutura social que sustenta; e, além de representar também, ele próprio, como um setor da economia extremamente dinâmico: a indústria da informação e do entretenimento, a se posicionar com destaque entre os setores mais competitivos da economia global.

O Brasil participa desse mercado com inserções significativas, em termos de exportação de novelas, outros programas televisivos e, em menor escala, produtos editoriais, bem como importação de produtos e serviços.

A informação, na forma mais refinada, é e será, crescentemente, um dos instrumentos da vanguarda para a promoção da reformulação geral da ordem econômica e política mundial. Entretanto, há delicados problemas a serem esclarecidos, ao longo dos próximos anos, em relação à estrutura de controle dos meios de comunicação e, em consequência, em relação à natureza, ao conteúdo e às formas de praticar a informação.

Estes problemas poderão afetar a própria estrutura da profissão dos jornalistas e atingir no cerne suas concepções, deveres e direitos como cidadãos.

A comunicação é fundamental para o bom entendimento das pessoas e o desenvolvimento da sociedade. É a nova lei e, por este motivo, não é de se estranhar o avanço tecnológico a ela relacionado.

A coesão social pretendia transformar a sociedade em uma máquina perfeita, em que todas as peças são de extrema importância para o funcionamento do todo. Se uma peça não funciona, atrapalha todas as outras. Contudo, hoje não vemos ninguém reivindicar a coesão social.

Os jornalistas e os meios de comunicação são, cada vez mais, instrumentos essenciais para que, no desenrolar desse processo, o mundo evolua para uma ordem democrática generalizada.

Cabe ao jornalista, portanto, buscar sua interação com a sociedade em que vive por meio de seu trabalho, de sua técnica, com estética. Pode-se informar sem enaltecer a catástrofe. Pode-se noticiar algo desagradável sem, necessariamente, enaltecer o lado ruim desse fato.

Imbuídos desses princípios, os jornalistas estarão contribuindo decisivamente com a melhoria da qualidade de vida de sua comunidade e, acima de tudo, cumprindo com seu efetivo papel social: informar, com efetiva responsabilidade.

CAPÍTULO I

O contraponto do jornalismo mecânico

Muitas vezes, o homem anula-se a si mesmo, enquanto humano. A concepção errada é a de que o jornalista deve noticiar o espetacular, o catastrófico, friamente. Não se leva em consideração que do outro lado da notícia (do personagem noticiado e do leitor, ouvinte ou telespectador) há pessoas que estão movidas por sentimentos. Noticia-se para vender, custe o que custar.

Por estar inserido no agitado mundo e tentar espelhá-lo, o jornalismo é mecânico, calculista, automático e frio. O texto não é estético, não se preocupa em contextualizar o leitor, ouvinte ou telespectador, sobre aquilo que está sendo noticiado. Noticia-se de forma estanque, segmentada. Não se passa a sensação do todo que envolve aquele fato ou personagem noticiado.

Se o jornalismo é mecânico, isso se deve à formação acadêmica do jornalista que, necessariamente, obedece a toda uma história, principalmente na América Latina e mais particularmente no Brasil.

No início, o Brasil tentou priorizar a formação profissional humanista dos comunicadores, mas, forçosamente, as universidades tiveram que adequar seus ensinamentos às inconstâncias políticas vividas no país e, em todo o continente latino americano.

O jornalista pós-moderno precisa fazer pensar sua função de sujeito leitor da realidade em bases amplificadas, sintonizadas no ser humano. Para isso, é necessário embasamento estético. Assim, o jornalista conseguirá engajar-se no seu papel social, que é de contextualizar seu leitor, ouvinte ou telespectador acerca daquilo que está sendo noticiado.

Na revolução de paradigmas, ocorrida nas últimas três décadas do século XX e início do XXI, contrapõe-se o fragmentado à contextualização. E isso também se aplica ao jornalismo.

A visão estética supõe que se tenha competência e habilidade para o uso jornalístico da linguagem e consciência do próprio papel a serviço da comunidade. Com o conhecimento, habilidades para a estética, uso da tecnologia, percepção crítica e criatividade, o jornalista pode inserir-se no contexto social e ter boa recepção do público leitor, ouvinte ou telespectador.

A imprensa falha, retratando o mundo em *flashes* e, por isso, a seleção das notícias é superficial. Dessa forma, cabe ao jornalista ter consciência crítica à luz de sua realidade

social; ter capacidade de valorizar a estrutura social em que está inserido; ser capaz de afinar sua prática profissional ao estético; e, interagir com os meios de comunicação nas contradições sociais.

A imprensa se ancora, porém, na ânsia desenfreada para vender, o que fere a identidade do jornalista. Em face disso, muitas vezes, o jornalista sente-se acima do bem e do mal, já que é o *donos* da informação e a chave de êxito social.

Para que o jornalismo não seja implacável e, apenas denunciador, é necessário que os editores saibam discernir aquilo que realmente é notícia (e que, portanto, cumpra seu papel social na comunidade) daquilo que, muitas vezes, apenas chega às margens de intrigas.

É necessário que os editores exijam rigor na apuração dos fatos (premissa básica do jornalismo) e, ao mesmo tempo, estimulem a formação humanística de seus jornalistas, o que, obrigatoriamente, passará pelo estudo da Ética, Estética, Literatura, Filosofia, História, Sociologia e outras áreas do conhecimento humanístico.

É preciso menos superficialidade e mais consistência, com estética e ética. Desejamos evidenciar como é, frequentemente, mecânico o trabalho do jornalista.

Basta apontar dois valores fundamentais que substanciam a prática jornalística convencional (mecanicista) para exemplificar a presença implícita dessa influência.

A chamada *atualidade* é um dos valores: – a atividade jornalística, marcada por um forte ritmo de periodicidade, repetida a intervalos relativamente curtos, obriga os veículos de imprensa a recortarem o tempo em frações limitadas.

A *superficialidade* é o outro valor: – exatamente por causa do ritmo industrial das redações, pois há horários a serem cumpridos. A notícia não tem apuração criteriosa e, isso faz com que dados importantes deixem de ser levados ao público para que esse possa ter ampla noção do fato noticiado.

Nesse contexto da limitação do tempo e do espaço, a estética (no sentido mais amplo) fica de lado e, portanto, não é preocupação fundamental no jornalismo. Noticia-se o fato espetacular, catastrófico, frio. Esquece-se de que, em todas as situações noticiadas, há pessoas envolvidas. Não é pensado que uma notícia calamitosa também pode ser divulgada sem sensacionalismo. Esquece-se do ser humano.

Segundo Machado (1996), a moderna civilização das máquinas e mídias não pode ser considerada como se tudo o que se refere a ela tenha as mesmas características. Ao contrário, nem tudo que ocorre nela se assemelha ou compartilha de uma mesma natureza cultural ou política.

A generalização das características das máquinas e mídias tem função basicamente castradora, na medida em que reprime, inibe ou obscurece o florescimento de trabalhos verdadeiramente inaugurais, capazes de extrair o máximo das potencialidades significantes dos novos meios e, naturalmente, dos jornalistas, enquanto cientistas e artistas da palavra.

Por isso, é que vemos o jornalismo cético, tecnicista. Os jornalistas não têm clara noção de que manipulam e o que manipulam em determinado trabalho e, exatamente por isso, deveriam ter consciência de seu importante papel social.

Em meio a todo esse processo, o jornalismo assume o papel de tratar a realidade de forma livre (embora incerta), por meio da sua relação com as questões humanas, porém, essa finalidade se apresenta permeada por intenções contraditórias. Num mundo de seduções e ameaças, o jornalismo é ‘condenado’ pela maneira como reflete a questão do poder e trabalha o pensamento coletivo.

Nesse mundo das informações, o jornalismo está como toda atividade que passa de necessária para indispensável, deve ser exercido por profissionais com autonomia para demonstrarem seus conhecimentos com ética e estética a serviço da comunidade para a qual noticiam, mas até então, apresenta graves e inadmissíveis distorções.

Segundo Machado (1996), o princípio histórico e socio-antropológico fundamental, que justifica a apropriação do conhecimento, está intimamente ligado à ‘certeza da morte’.

Faria (2021, p. 40) confirma esse fundamento:

Os pais temiam a morte,
Pois viram os mortos
E o viver deles no tempo
Ia ao encontro da fatalidade final
Até que morriam e ainda é assim.

Por isso,
Os pais se dedicaram ensinar regras aos filhos
De tudo e como
Se alimentar, se proteger,
Se agrupar, se procriar,
E conviver.

Foi quando começou a educação.

O mundo se constrói com base no que já existiu, apesar de o homem ser considerado livre para conduzir sua realidade. Aqui, a adoção do fundamento do conceito da apropriação do conhecimento coloca a atividade jornalística com objetivo ocultar o ‘poder real da sociedade dominante’, ou seja, atender apenas aos mandos da classe dominante, transformando a cultura em algo distante, contrário à realidade objetiva. Meditsch (1996)

entende que o jornalismo falha, gravemente, em seu compromisso social e, perde em conteúdo, na tentativa de tratar os acontecimentos por meio de uma abordagem puramente ‘objetiva’, que não lhe diz respeito.

Em face disso, o jornalismo não se engaja na sociedade e, pior, não aponta possíveis soluções aos problemas da coletividade em que está inserido. O jornalismo, há pouco tempo, era voltado à técnica pela técnica, que pouco se importava com as consequências do informar a qualquer custo. Muitas vezes, o jornalismo é implacável. Muitas vezes, o jornalismo é deficiente em questionar, apontar erros, buscar respostas aos verdadeiros anseios da sociedade.

Essa voracidade em informar a qualquer custo, que culmina em julgamentos dolorosos e imprecisos é, na maioria das vezes, fruto do ‘jornalismo de resultados’. O jornalista não leva em consideração que numa mensagem subliminar pode estar uma preocupação latente de toda uma coletividade.

Faria (2021, p. 43) se posiciona acerca desse paradigma, ao dizer:

É ingenuidade
Acreditar... sem meditar,
Em qualquer texto escrito ou falado,
Em qualquer figura estática ou dinâmica!
A seleção é fundamental.
Percebem o perigo?

As figuras e as palavras foram e são
Uma das maiores invenções humanas,
Exponencialmente poderosas,
Extremamente necessárias,
Exatamente imperfeitas!

Vindas dos contextos das culturas
Para os discursos...
Reúnem e dispersam, libertam e escravizam
As pessoas, meu Deus!
Vestem ou retiram máscaras de verdades
De ideias e sentimentos!
Sentenciam a vida e a morte
Das pessoas, meu Deus!

E o mais repugnante e horroroso de tudo:
Todos esses absurdos,
Também em Vosso Nome, meu Deus!

‘Percebem o perigo?’ Há vinte e um anos, Lima (2000) já tratava desse paradigma, ao afirmar que esses valores e essas técnicas cumprem bem sua função naquele segmento do jornalismo dedicado a registrar, de modo puramente informativo, um fato social. Mas há relatos jornalísticos que ambicionam mais do que simplesmente apontar os acontecimentos

sociais. Buscam aprofundar a compreensão do mundo contemporâneo, querem interpretar a realidade, explicá-la com propriedade e orientar as pessoas para o entendimento do significado das ocorrências.

Nesses casos, o jornalismo convencional tende a insistir com a mesma fórmula, sem atentar para sua limitação gritante, ignorando também o obsoletismo perigoso dessa insistência. Nem sempre percebe, claramente, que a base dessa abordagem, proveniente dos procedimentos científicos de há mais de um século e de perspectivas filosóficas empoeiradas no tempo, está sendo questionada em vários núcleos de pensamento científico e filosófico que propõem um novo conjunto de valores e premissas para a atuação do homem em busca da compreensão de si mesmo, bem como do mundo que o rodeia.

Lima (2000) evidencia que os perigos do texto jornalístico objetivam apenas causar impacto relâmpago e atrair mais leitores consumistas e imediatistas, sem se levar em conta a complexidade dos fenômenos e fatos sociais representados pelas linguagens que os representam e, que todos os fenômenos e fatos sociais têm pessoas como personagens principais. Nem sempre, o que se escreve ou se desenha ou se diz é, exatamente, o que se lê.

Acerca disso, Faria (2021, p. 43) diz que:

Leitura, esta é,
Há séculos e séculos,
Mascarada pelas culturas!
Então, figuras e palavras dos textos, no discurso,
Extraídos do contexto da cultura
Parecem com as verdades
Ou são mentiras!
Fica o desafio de entender o discurso
Camuflado entre gestos, figuras e palavras,
Em diferentes visões de mundo.

No meio jornalístico, a entrevista – essa forma primordial de captação de informações – é organizada de tal modo a forçar o entrevistado a dizer o que, previamente foi encomendado ao repórter e, não o que poderia nascer de um diálogo verdadeiramente interativo entre fonte e repórter. Sabe-se o quanto a entrevista pode ser construída como um relato espetaculoso, calcado em pirotécias que beiram o pitoresco e camuflam a compreensão mais ampla do significado dos fatos e de seu entorno, e quando são distorcidas as respostas dos entrevistados.

A atividade jornalística, marcada por um forte ritmo de periodicidade, repetida a intervalos relativamente curtos, obriga os veículos de imprensa a recortarem o tempo em frações limitadas, a debruçarem-se sobre o hoje, tentando explicar acontecimentos cuja

origem, em muitos casos, desenhou-se num tempo distante e cuja consequência prosseguirá além do horizonte temporal imediato.

Lima (2000) diz que nas redações dos veículos impressos e nas emissoras do jornalismo eletrônico, a *factuality* é outro valor tido como sagrado. A unidade primordial de informação (a notícia), a partir da qual é construída a mensagem jornalística, bem como outras modalidades de expressão do relato jornalístico, como a reportagem, o comentário e o ensaio, tomam o fato social como matéria prima vital para sua razão de ser.

É o que considero '*jornalismo mecânico*', ou seja, simplesmente informativo, sem contextualizar o leitor, o ouvinte, o telespectador. Notícia de forma fragmentada, respondendo à fria fórmula: *o que, quando, como, por que, quem e para que*. Não há nenhuma preocupação em buscar uma redação esteticamente bem elaborada, contextualizada. Há apenas a preocupação com o insensível *tempo de fechamento* daquela edição, afinal, a empresa de comunicação obedece a regras industriais de produção.

Para ficar claro o que é o *jornalismo mecânico*, reproduzo matéria³ veiculada no jornal portal de notícias G1, de 27 de abril de 2021, com as fotos desnecessárias na opinião deste autor:

Caixões serão empilhados em valas comuns de Manaus para suprir demanda de enterros; famílias criticam medida: 'Não é digno'

Prefeitura de Manaus informou, nesta segunda-feira (27), que os corpos serão enterrados em camadas triplas.

Por Rebeca Beatriz, G1 AM

27/04/2020 17h31 Manaus tem quatro vezes mais enterros do que o normal por causa da pandemia

Famílias de, pelo menos, 20 pessoas que morreram neste fim de semana, em Manaus, denunciaram ao G1 que, nesta segunda-feira (27/04), os caixões com corpos estão aguardando para serem empilhados nas valas comuns abertas no Cemitério Nossa Senhora da Aparecida, bairro Tarumã, Zona Oeste. A Prefeitura de Manaus informou, por meio de nota, que, por conta da alta demanda de sepultamentos, "reorganizou o layout das covas" Manaus teve, neste domingo (26), o maior registro de enterros feitos desde o início da pandemia do novo coronavírus. Em 24 horas, foram 140 sepultamentos e duas cremações registrados só na capital, segundo a prefeitura, sendo dez casos por Covid-19. O número de casos confirmados de Covid-19 no Amazonas, até esta segunda-feira (27), ultrapassou 3,9 mil.

Desde a manhã desta segunda-feira (27), Janecy Lobato luta para enterrar dignamente o sogro, que faleceu por insuficiência pulmonar. "Disseram que vão enterrar um em cima do outro e que nós devemos aceitar. Isso não é digno. Somos cidadãos que pagaram impostos, temos direitos de enterrar nossos entes dignamente. Isso é desumano", disse.

Procurada pelo G1, a Prefeitura de Manaus informou que os corpos serão enterrados em camadas e as valas comuns, chamadas de trincheiras, serão mais fundas. "A Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (Semulsp) reorganizou o layout das covas,

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/04/27/corpos-serao-empilhados-em-valas-comuns-de-manaus-para-suprir-demanda-de-enterros-familias-criticam-medida-nao-e-digno.ghtml>.

mas mantendo a unidade e a rastreabilidade de todas as urnas entregues no cemitério público Nossa Senhora Aparecida", disse a nota.

A prefeitura informou, ainda, que outra opção oferecida pela Semulsp é a cremação, após parceria com empresa privada de Iranduba. Nas últimas semanas, a Prefeitura já havia instalado contêineres frigoríficos no local para comportar os corpos, que passaram a ser enterrados em valas comuns.

Leonardo Garcia, que aguarda no cemitério para enterrar o pai, que morreu por causas naturais, também se diz revoltado com a situação. "Querem enterrar vários corpos. Um em cima do outro. Não há respeito algum. Disseram que não tem espaço e a única saída é enterrar os corpos empilhados. Me sinto humilhado, desprezado pelo Poder público", lamentou.

Com a média diária de 100 enterros por dia, os cemitérios de Manaus começam a dar sinais de que não há estrutura ou mão de obra para lidar com a demanda. Neste domingo, dia do recorde de sepultamentos, uma família precisou enterrar o próprio pai, por falta de coveiros.

Esse é o *jornalismo mecânico*, fragmentado, frio. Tem função informativa, rápida, objetiva. Mas o jornalismo, como um todo, não pode reduzir-se a isso.

A ideia de controle de qualidade, que reforça a imagem do jornalismo como processamento em escala industrial de informações destinadas a um consumo imediato e ininterrupto, desperta severas críticas. Ciro Marcondes Filho (1993) diz que ao se servir de sistemas de computação para realizar revisões ortográficas e ordenações estilísticas, a técnica de produção jornalística transforma o jornalista menos em perito da linguagem do que um técnico, no dizer simples.

Uma das aparências desse 'dizer simples' se manifesta no formato das matérias jornalísticas. Elaboradas com referência a um consumidor típico das grandes metrópoles, que vive em ritmo acelerado e dispõe de pouco tempo para se informar, as notícias se enquadram em moldes gráfico-editoriais. O importante é prover o consumidor de notícias-produtos compatíveis com os limites de suas disponibilidades.

A necessidade de embalar a notícia nesses formatos para facilitar o consumo de informações deve ser vista, no entanto, como uma estratégia comercial. Por isso, só essa prática – que não é extensiva a todo o conteúdo dos jornais – não invalida o princípio de se utilizar uma linguagem simples que proporcione uma comunicação jornalística acessível (não indigente) ao público.

Para que fique bem claro o que é o texto jornalístico *fragmentado* e, por conseguinte, *não contextualizador*, exemplificarei com matéria⁴ publicada no site de notícias Estado de Minas, em 9 de maio de 2020, sobre o mesmo assunto, Covid 19:

⁴ Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/05/09/interna_internacional,1145809/o-coveiro-ulisses-testemunha-da-tragedia-do-coronavirus-em-manaus.shtml>.

O coveiro Ulisses, testemunha da tragédia do coronavírus em Manaus.

Ulisses Xavier está acostumado a lidar com a morte. Mas em 16 anos trabalhando como coveiro, nunca teve que enterrar dezenas de pessoas em valas comuns. O novo coronavírus colapsou o sistema de saúde de Manaus, capital do Amazonas, triplicando o número diário de óbitos.

“Quando começou o aumento dos sepultamentos, eu fiquei assustado. Agora já me acostumei. Sinto que está diminuindo aos poucos. Espero que isso passe logo”, disse Ulisses à AFP no cemitério público Nossa Senhora Aparecida, em Manaus.

A média diária de mortes na cidade de 2,1 milhões de habitantes passou de 30 antes da pandemia para uma centena. Manaus amarga o maior índice de mortalidade de uma capital brasileira pelo novo coronavírus, com 6.034 contágios e mais de 600 mortes até esta sexta-feira (8).

Com a chegada da COVID-19, Ulisses, de 52 anos, teve que fazer mudanças radicais em sua rotina: trabalha mais horas, precisa usar equipamento de proteção para evitar se contagiar e toma todos os cuidados necessários para não levar a doença para casa.

“Tenho medo de levar a doença para dentro da minha casa. Trabalho em uma área de grande risco de contaminação”, afirma.

Alguns dias, ele desce os caixões para as valas comuns que começaram a ser abertas há semanas no cemitério, pouco depois de o saturado sistema de saúde não dar conta de atender dezenas de pacientes. Várias pessoas simplesmente morreram em casa, sem que as famílias saibam se foi por COVID-19 ou outra causa.

Outras vezes, este homem de estatura mediana abre túmulos individuais. Fica esgotado depois de cavar cinco.

- Ritual sagrado -

Ulisses e um grupo de colegas coveiros também fabricam marcos e cruzeiros de madeira, que as famílias dos falecidos compram para identificar as tumbas de seus entes queridos. É um ganho extra para complementar seus salários.

Os marcos e as cruzeiros, mais baratos que uma lápide, são pintadas em azul e do próprio punho, Ulisses escreve com tinta preta o nome do finado e as datas de nascimento e morte.

Com a COVID-19, foi preciso dobrar a produção: antes, cada coveiro vendia três unidades por dia. Hoje são seis.

Com uma coragem que remete à de seu homônimo da Odisseia, este coveiro enfrenta a tragédia que se abate em Manaus e garante não ter medo da COVID-19, apesar de já ter perdido alguns amigos e vizinhos por causa da doença.

Seu irmão, Hércules, de 53 anos, suspeita ter os sintomas do coronavírus e agora os dois se cumprimentam através de um muro que separa suas casas.

Por isso, ao final de um longo dia, Ulisses volta para casa de bicicleta e cumpre um ritual de limpeza sagrado.

“Chego em casa, tiro a minha roupa, entro no banheiro. Tomo banho e já lavo minha roupa. Só depois disso que vou abraçar minha filha e minhas netas”, relata Ulisses, cuja esposa se mudou temporariamente para outro lugar para não contrair o coronavírus.

Este trabalho dedica-se a esclarecer o que seja o jornalismo contextualizador. É clara a diferença entre o jornalismo *mecânico* e o *contextualizador*. No primeiro, faltam informações. No segundo, sobram informações e contextualizações, além de serem apontadas possíveis alternativas para a solução de problemas da coletividade.

Da forma como deveria ser elaborado, o texto jornalístico deixaria de ser frio, catastrófico, calculista. Seria problematizador e faria com que seu papel, o de agente transformador de uma sociedade – já que o jornalista também faz parte dela – fosse efetivamente levado a efeito. Falta nesse jornalismo comercial, de resultados, a

contextualização, ou seja, um fato não acontece por si só. Um fato torna-se notícia, pois há todo um contexto ao redor dele para que ele, especificamente, torne-se notícia.

As informações de uma notícia são organizadas, não somente para informar ao público, mas para convencê-lo de que as conclusões e decisões são corretas. Um indivíduo dotado de senso crítico possui a capacidade de analisar e discernir problemas de forma inteligente e racional, sem aceitar automaticamente opiniões alheias. É justamente nesse ponto que deveria entrar a característica primeira do jornalismo, ou seja, a de informar e formar opiniões de modo a estimular o senso crítico das pessoas.

Isso, sem esquecer que o texto jornalístico é, sempre, construído pelo ponto de vista de quem escreve, pois nunca se apresenta de forma totalmente imparcial e objetiva. Por isso, é bom lembrar-se de Fiorin e Saviolli (1992), ao afirmarem que, se quem escreve é o enunciador e este é resultante de uma cultura, de um complexo contexto de vida, de educação informal e formal, acaba, por meio de seu discurso, no seu texto aparente, revelar sua visão de mundo, seu ponto de vista, seu veio educacional, sua cultura. Portanto, não há neutralidade plena ou absoluta.

O jornalismo necessita prementemente de recuperar sua alma potencial e sua vocação nobre de leitor da realidade, em bases amplificadas, sintonizadas com a busca da ampliação da consciência focada no ser humano. Precisa contribuir para fomentar a capacidade potencial do indivíduo em construir, com as outras forças da existência, uma realidade psicossocial e ecológica mais condizente com o propósito de evolução da vida inteligente, nesta porção do universo.

Além disso, Levi (1993) diz que a sensibilidade política e o sentido ético são essenciais para um jornalismo prático e teórico, para ser útil e estar sintonizado às demandas da sociedade. O jornalismo deve ser um fator de informação e de formação do espírito crítico de leitores.

Com o advento da informatização, praticamente todos os assuntos da comunicação social são debatidos em todo mundo com a rapidez que ela propicia e, conseqüentemente, com suas implicações globalizadas, nacionais e regionais. É claro que essa rapidez e essa globalização causam diversidades no cotidiano das sociedades. Mas, também, é evidente que a agilidade da informática facilita no desenvolvimento das ações do homem e, ao mesmo tempo em que o torna refém, caso ele não saiba operar equipamentos informatizados ou, opere muito bem tais equipamentos, mas não consegue selecionar as fontes que sejam confiáveis ou não consegue fazer uma leitura analítica, são os mais acometidos e prejudicados pelo advento da informação e dos meios tecnológicos que a conduzem.

Acerca do assunto tecnologia, Faria (2021, p. 42) questiona:

E o que esta fez...
 E faz na contemporaneidade?
 Diferenças dos poderes,
 Exige muito recurso
 E pouco espaço e tempo,
 Ajuda na transmissão de códigos
 A serem decifrados sim!
 Mas distancia e despersonaliza as pessoas,
 Além de transformá-las
 Em sensações falsificadas
 De imagens e sons, apenas,
 Arquivos passíveis de investigação!

A tecnologia na servidão à política neoliberal
 Decepa das pessoas a identidade
 Na representação codificada
 Do Cadastro de Pessoa Física,
 Dos títulos profissionais e etiquetas sociais,
 A exigir delas nova leitura a cada dia!

Pode-se comparar, portanto, tais facilidades e ou adversidades às facilidades e ou adversidades provocadas pela informatização na área de Comunicação Social, pois, ao mesmo tempo em que são planejadas ações globais de *marketing*, não podem ser esquecidos nessas campanhas os regionalismos, culturas e tradições de cada sociedade. Daí ocorre o crescimento na adversidade, uma vez que, ao comunicador caberá considerar as características regionais e ligá-las à campanha globalizada da proposta.

Para que essa transição institucional (a preocupação da ligação entre o global e regional) seja superada, há a necessidade de, cada vez mais, os grandes congressos ou simpósios que discutam a Comunicação Social tenham ligação direta com os eventos regionais e vice-versa. Isso poderá fazer com que as adversidades e anacronismos sejam diminuídos e, porque não dizer, que as discussões e ações aconteçam de forma sistematizada.

Isso, sem esquecer de que a comunicação social hoje é globalizada, queiramos ou não aceitar essa realidade. E, para atendermos e entendermos isso, o diálogo internacional é uma necessidade, já que, ao mesmo tempo em que novos focos são observados e analisados, antigos e novos parceiros são bem-vindos, na tentativa de fortalecer os caminhos da comunicação.

Este é um raro momento de observação, no que tange à necessidade de mais aproximação entre o academicismo e a realidade das sociedades. É um momento oportuno, para que nós comunicadores pensemos e analisemos se, de fato, estamos cumprindo com

nosso principal objetivo: sermos, de fato, comunicadores sociais, para a construção do “Bem Social”.

Ao considerar o homem um ‘animal político na sua essência’, Aristóteles, em texto por ele produzido e, que teve grande influência no desenvolvimento da ciência política no mundo ocidental, esclarece o quanto a linguagem é uma importante característica do ser humano. Segundo ele, a linguagem tem como objetivo a manifestação do vantajoso e do desvantajoso e, portanto, do justo e do injusto. Por isso, Aristóteles é tido como o ‘pai genético do jornalismo’ e, porque não, da comunicação: *comum única ação* em benefício do social.

Historicamente, os predecessores dos jornalistas eram os viajantes que traziam até suas comunidades o que tinham visto e presenciado. Depois disso, vêm os jornalistas-escritores que eram correspondentes dos príncipes governantes. Já no século XVI, assuntos ‘maravilhosos’, ‘assustadores’ e ‘verdadeiras raridades’ eram também retratadas por escritores, que seguiam viagens nas grandes expedições e, depois, remetiam a seus governantes aquilo que tinham presenciado. Pero Vaz de Caminha, escrivão da Frota de Cabral, sob esse enfoque, portanto, pode ser considerado um ‘Homem de Mídia’, um jornalista, um comunicador.

Vamos dar um salto na história e chegar ao século XIX, em que já se podia viver de jornalismo. Um dos mais destacados dessa época foi Karl Marx. Porém, fundamentalmente por sua formação, tais redatores eram por demais eruditos – não à toa, eram considerados doutores, já que detinham grande conhecimento e escreviam de maneira bastante formal, intelectualizada.

Em História mais recente, Thomas Jefferson não hesitou em dizer: “Se eu pudesse decidir se devemos ter um governo sem jornais ou jornais sem governo, não vacilaria em preferir o último”.

Apenas para lembrar: Aristóteles dizia que a linguagem tem como objetivo a manifestação do vantajoso e do desvantajoso, do justo e do injusto.

E quem se utiliza da linguagem na mídia? O ser humano.

Não podemos nos esquecer de que a batalha pela liberdade de expressar uma opinião não foi luta pela liberdade de comunicação, mas, sim, pelo direito do homem comum de falar o que pensa.

Nós, os comunicadores, neste momento, estamos nos esquecendo de que somos parte integrante de uma sociedade e, que todo o desenvolvimento da mídia, em sua cultura, sempre teve o homem por detrás, inclusive com seus defeitos. Revestimos-nos de túnicas e de

máscaras que nos apresentam como ‘senhores absolutos do saber’ e deixamos de lado os anseios de nossas comunidades. (É só se lembrar daqueles doutores do século XIX).

Estamos nos esquecendo do humano e fazendo com que interesses comerciais norteiem nossas ações, no campo da comunicação social. Talvez nós não tenhamos clareza de o quanto manipulamos, nem queiramos pensar nisso, por estarmos contaminados a pensar no quanto ganhamos com esse negócio: – não nos interessa a quem nosso texto jornalístico vá ferir ou doer ou destruir, – o nos é prazeroso é a recompensa financeira da notícia dada.

Vamos pensar: em um passado recente, todos os telejornais dedicaram muito tempo para as estripulias dos deputados, ministros e outros mais, quanto aos mensalões, sanguessugas e coisas assim. Hoje já não se dedica tanto tempo a isso.

Por quê?

Porque a mídia analisou com pesquisas, que os assuntos causavam asco na população, que já não aguentava mais tanta lama podre, e por consequência, a repetição da mesma notícia não era nada interessante e, assim, não lida.

Um fato é que tais manipulações nos afetam e, nós nem nos damos conta do quanto nos afeta. Outro fato é que neste trabalho, temos condições de debater essa manipulação e, mesmo que não queiramos aceitar, acabamos engolindo em seco essa situação.

Mas e o grande público? Consegue ter um pouco de discernimento? Onde entra nossa responsabilidade social de comunicadores sociais que queremos ser?

Nós, os comunicadores e a mídia ainda não nos demos conta de que a sociedade brasileira já não é tão mais passiva. E, também, não nos damos conta do quanto é importante o ensinamento de Aristóteles, qual seja, a de que a linguagem é justa e injusta. Cabe a nós, comunicadores, fazer com que ela seja justa e, acima de tudo, ética, já que nosso principal objetivo é atender bem o ser humano. Em não havendo essa preocupação, estamos a nos esquecer do ser humano, ou seja, a nos esquecer de nós mesmos.

CAPÍTULO II

Estética e pluralidade

O jornalista preocupado com a estética e com sua função social – a de ajudar a formar senso crítico em sua comunidade – compreenderá que ele é parte integrante dela. Ao contrário, o jornalista poderá sentir-se acima do bem e do mal, isento de qualquer emoção e de qualquer participação no cotidiano de sua comunidade. Já ouviram a expressão: “jornalismo de verdade – doa a quem doer”? Esta é um subtítulo do nome de programas de rádio e televisão.

A sociedade necessita do jornalista pluralista – aquele que tenha condições e percepções aguçadas para enxergar algo mais, além daquilo que a realidade apresenta na superficialidade do seu cotidiano. O jornalista do terceiro milênio deve estar engajado e consciente de seu importante papel social, já que ele é um formador de opinião. Precisa estudar mais e mais a cultura, a política, a psicologia, a linguagem, a sociologia, o contexto, os discursos e, analisar tudo isso, muito antes de entrevistar, falar, fotografar, filmar, gravar ou escrever qualquer coisa.

Nesse sentido, Carrato (1998) afirma que os novos tempos nos obrigam a contribuir para a formação do jornalista pleno – o profissional capaz de trabalhar várias mídias e linguagens, atento à qualidade do texto, da foto e do discurso, da cidadania e da ética.

Para Carrato (1998), nada há de errado na atuação do jornalista nos dias de hoje. Distinga-se o errado do falho ou imperfeito. Acredita que o jornalista deva ser um profissional que dê respostas a novos desafios. Não pode ser um mero executor de tarefas pré-pautadas. Por mais futuristas que sejam os cenários no mundo nas próximas décadas, há casos em que a realidade supera ou surpreende a imaginação. Aí, o jornalista deve perceber, documentar e, debater com propriedade de conhecimento.

O debate dessas realidades, segundo Carrato (1998), poderá ser sempre alcançado, principalmente, se os jornalistas tiverem presente que não somos literatos, sociólogos, filósofos, nem antropólogos. Nossa área define-se e limita-se pelo trabalho específico com a linguagem e com as estratégias e políticas comunicativas, num contexto que envolve muito conhecimento teórico, técnico, estético e ético da mídia e da sociedade na qual nos inserimos. Isso exige de nós o conhecimento básico e plural de linguagem, literatura, sociologia, filosofia, antropologia, dentre outros.

A linguagem é o meio que o jornalista emprega para informar a sociedade em que está inserido, utilizando-a das mais variadas formas, verbais ou não verbais.

Toda linguagem necessita de meios para sua propagação e, para tanto, precisa estar aplicada numa materialidade para que seja transmitida. Somente seguindo essa sistemática é que o processo de comunicação terá sido efetuado. Essa materialidade, explica Santaella (1996), recebe comumente a denominação de suporte, meio, canal, veículo etc. – ou seja, qualquer coisa material de qualquer espécie que seja meio de veiculação das mensagens nas quais os processos de linguagem se configurem.

O jornalista utiliza-se de maneira sistemática dos veículos de comunicação ou das mais variadas formas midiáticas de comunicação e, esquece que é necessário preocupar-se com sua função social. O jornalismo atual deve preocupar-se com aquilo que a sociedade hoje deseja do jornalista, ou seja, pluralidade de formação e de conhecimentos. As circunstâncias geográficas e político-sociais devem ser lembradas, mas nunca devem ser vistas como agentes limitadores da ação do jornalista.

A base estética, com conhecimento e domínio das tecnologias de ponta, aliada à criatividade e criticidade, contribui com a formação sólida de conceitos de cidadania em jornalistas capazes de compreender as constantes transformações da sociedade.

Os profissionais do jornalismo, no exercício de sua profissão, deveriam ter, antes de tudo, compromisso com a sociedade. Compromisso de trabalhar pela verdade, pela justiça, pela cidadania, pela (in) formação da opinião pública e pelo nivelamento das desigualdades sociais. Suposto isso, os profissionais do jornalismo devem voltar seus olhares às tendências e oportunidades do mercado de trabalho, que habilitam o profissional do jornalismo a exercer condignamente sua profissão.

José Marques de Melo (1996), em artigo publicado na *Revista Imprensa*, afirma que ao se discutir qualquer inovação, as corporações, na comodidade de seu poder e egoísmo, adotam atitudes contrárias e resistem às mudanças propostas. Assim, impedem soluções de interesses dos profissionais, que envelhecem, precocemente, sem vontade de discernir novos caminhos, e dos jovens, que já se educam seguindo padrões ultrapassados. O desperdício de energia, espaço, tempo e recursos é irrecuperável: – vitimam novas gerações e prejudicam os interesses do público que lê jornais, ou vê televisão. O jornalista deve se lembrar de que faz parte de um contexto social, econômico e político e, tem deveres a cumprir antes de ter direitos.

Sobre esse contexto, Derrida (1991, p. 74) questiona:

Mas os requisitos de um contexto serão absolutamente determináveis? Tal é a questão mais geral que gostaria de tentar elaborar. Há um conceito rigoroso e científico do contexto? A noção de contexto não abriga, sob uma certa confusão, pressupostos filosóficos muito determinados? Para dizer logo de modo sumário, gostaria de demonstrar por que um contexto nunca é absolutamente determinável ou, antes, em que sua determinação nunca está assegurada ou saturada. Essa não saturação estrutural teria como duplo efeito: 1) marcar a insuficiência teórica do conceito corrente de contexto (linguístico ou não linguístico) tal como é admitido em numerosos campos de pesquisa, com todos os conceitos aos quais é sistematicamente associado; 2) tornar necessários uma certa generalização e um certo deslocamento do conceito de escrita.

Derrida, de forma inquisitiva, fala de modo subjetivo, do problema conceitual, do entendimento acerca do que seja ‘contexto’,

É oportuno complementar sua ideia com a seguinte afirmação: – primeiro, que a ideia de contexto é extremamente necessária para a compreensão do receptor; – segundo, que o contexto é limitado no entendimento da individualidade pessoal; – terceiro, é todo o conjunto de fatores físicos, de espaço, de tempo e psicológicos que circundam, antecedem e dão origem ao fato ou objeto abordado; – quarto, todo escritor, jornalista, palestrante, professor etc. consegue fazer-se entendido, se, e somente se problematizar, contextualizar de onde vem o fato ou o objeto que enfoca; e, – quinto, a estética da construção do discurso no texto e nas imagens é uma das primeiras forças que atraem o receptor.

É preciso entender a diferença entre o que é *determinante* e o que é *determinado* nas relações que ocorrem dentro de determinado contexto, onde está o fato, a personagem, a ideia ou o objeto abordado pelo jornalista.

No Brasil, já há estudos e práticas para se mostrar a necessidade do jornalista problematizador, inserido em sua sociedade. Há experiências que já contabilizam resultados positivos e podem funcionar, em médio prazo, como modelos que podem ser reproduzidos.

Figueira (2000) explica que a ausência de um contexto que ampare e sustente o significado da informação tem sido um dos principais obstáculos nos quais a mídia esbarra em direção à recuperação do respeito do público.

A contextualização sempre foi um dos principais meios do jornalismo no caminho da prestação de serviços que sejam acreditados pelo seu público. Nenhum leitor tem obrigação de saber os detalhes de uma determinada história. É dever do veículo de comunicação rememorar os fatos que ilustram uma determinada cobertura jornalística. Isso se faz urgente quando se trata daquilo que, acontece todo dia, visto que os assuntos, em sua maioria, têm um prosseguimento natural e pedem essa (re) ordenação dos fatos que os constroem.

Objetiva-se, aqui, distinguir e recuperar, a partir da *teoria da informação* e da *teoria semiótica da linguagem*, os componentes estruturais e singulares do sistema informativo veiculado pelo jornalismo.

Se por um lado, importava-nos tal distinção, de outro, o próprio percurso da análise gerava a expectativa da descoberta dos fatores responsáveis pela cristalização de determinados caracteres, específicos do contexto geral da difusão informativa, que se fixaram no tempo e no espaço jornalístico. Caracteres esses que explicitam e apontam para uma identidade, sem, contudo, defini-la claramente. E essa identidade é possível resgatar com a contextualização do texto jornalístico, momento em que o jornalista descreve o fato-problema, mas também questiona e aponta alternativas para a resolução daquele fato-problema que originou notícia.

Já há, portanto, veículos e jornalistas que trabalham a problematização, a contextualização. Há os que mostram o cunho efetivamente social da comunicação que tem como sua nomenclatura oficial: *comunicação social*. Se já há grandes veículos que trabalham esse tipo de texto, problematizador, contextualizador, inseridos em sua coletividade, por que não torná-lo prática comum em todos os veículos de comunicação, quer sejam impressos e eletrônicos, ao invés desse jornalismo frio, catastrófico, calculista, meramente comercial?

É por meio da análise de uma das manifestações da linguagem jornalística, em suas unidades mínimas significativas, cujo objetivo se funda na tentativa de identificação de seus caracteres formadores, ou ainda, dos signos competentes estruturais e cristalizadores da difusão da notícia jornalística, que procuro mostrar a possibilidade da formação de um novo sistema informativo.

Essa nova tendência é totalmente diferente do que hoje se pratica e, frise-se, decorrente da arcaica formação dos jornalistas nas faculdades, que não analisam a necessidade da estética no trabalho jornalístico.

A importância do jornalismo está contida na premissa de que precisa ser útil de um modo particular. Precisa dar ao público a sensação de que a vida não é apenas uma sequência de fatos ocasionais e, principalmente, catastróficos e dramáticos. A imprensa fracassa, neste sentido, tratando os assuntos à base de *flashes* que, por instantâneos, devem fazer com que o povo logo se esqueça deles e esteja pronto para absorver – e consumir – o outro que venha a seguir.

Os critérios de seleção de notícias são falhos, superficiais. Da maior parte das notícias o público nem toma conhecimento. Estão boiando na superfície e os jornalistas só têm o trabalho de pescá-las. Não se quer dizer, com isso, que os assuntos que estejam em voga não

mereçam discussão, mas, certamente, há vários temas ainda obscuros, que os jornalistas não se dão ao trabalho de investigar. Preferem ficar sob a luz dos assuntos que já conhecem e com os quais têm familiaridade – assuntos estes que não passam de meras trivialidades, na imensa maioria dos casos, ou seja, ocupam-se de noticiar, muito, o que é óbvio, mesmo sabendo que o que é óbvio não se discute.]No caso do jornalismo político, existe a predileção dos jornalistas pela discussão das *táticas* políticas, em detrimento da *substância* dos assuntos como estratégia de trabalho, – pela facilidade que tal abordagem proporciona à maioria dos repórteres, – o que, conseqüentemente, enfraquece a qualidade da informação oferecida ao público.

Segundo Figueira (2000), a ausência ou a pouca qualidade distancia o jornalismo do comprometimento com limites, regras e responsabilidades a que estão atrelados outros grupos sociais e profissionais. Qualquer profissional liberal que se preze, estuda, ininterruptamente, para oferecer ao público um serviço apreciado com a melhor qualidade possível e ser requisitado e competitivo no âmbito de sua atuação, mas, em todo jornalista se caracteriza assim.

Seria interessante que os jornalistas, cada vez mais, exercessem a função de mediar as questões políticas de modo a trazê-las para a esfera do conhecimento do seu público, do cidadão comum.

Nós nos lembramos dos nomes dos 35 partidos políticos existentes no Brasil? E qual interesse dos jornalistas em esclarecer ao público a utilidade dos significados da bandeira de cada um deles? O que um político sabe acerca da ideologia do próprio partido?

Para tanto, deve-se dar voz a este cidadão e a todas as facções dos atores sociais envolvidos nos fatos políticos, buscando, como o fizeram Robert Woodward e Carl Bernstein, quando cobriram o caso Watergate pelo jornal americano Washington Post, fontes diferentes das ‘oficiais’, das ‘de plantão’, as que o leitor já cansou de ouvir.

O delineamento do perfil humano e profissional jornalístico não parte de uma visão romântica (se bem que ela possa inspirar condutas do ponto de vista ético) nem de um ideal, muitas vezes irreal, encontrado nas mensagens dos próprios meios de comunicação.

É no domínio da ação entre seres humanos que se determina, em seus reais contornos, a figura do jornalista. A ação humana que nele e através dele se processa constitui o ponto de partida para a sua descrição, assim como define sua tarefa.

A concepção do que possa ser o jornalista deve inspirar-se num verdadeiro realismo e não no romantismo do imaginar social.

Isso posto, podemos delinear as seguintes características e qualidades para o jornalista, inserido na realidade histórica de que participa e, de onde adquire sentido sua função, um jornalista:

a) que conheça e entenda, com consciência crítica, as mudanças e os conflitos de sua realidade social;

b) capaz de praticar um discurso informativo e significativo, isto é, valorativo, refletindo fielmente a estrutura social em que opera;

c) que integre, dialeticamente, o estético e o técnico, isto é, que afine sua prática profissional com sua visão estética; e,

d) criativo que possa interferir, com competência técnica, nos meios de comunicação para superar as contradições sociais e não perpetuá-las alienadamente.

O jornalista é, assim, um agente transformador da realidade social em que se insere e, cuja ação se inspira numa síntese adequada a ela e que se elabora com as contribuições das áreas significativas do saber, em vista de reais problemas e de verdadeiras aspirações humanas, aplicando, nesta mesma ação, os meios técnicos especializados para sua plena eficácia.

O jornalismo deve atender às exigências da sociedade, hoje globalizada. A sociedade precisa do jornalista, técnico no que concerne à forma de executar uma reportagem ou uma matéria, mas, principalmente, exige que o jornalista consiga integrar, dialeticamente, o estético e o técnico em sua atuação profissional.

Melo (1998) descreve dessa forma o perfil ocupacional dos novos profissionais, ao dizer que possuem conhecimentos básicos da atividade jornalística, mas não se habilitaram para utilizar novas tecnologias e, menos ainda, se apropriaram de conhecimentos humanísticos que os capacitem para uma compreensão clara dos fatos que geram notícias.

Até aqui, o que mais tenho indicado como necessidade no jornalista é sua inter-relação com seu efetivo papel social, concomitantemente à visão estética de sua profissão.

Nada, absolutamente nada será alcançado, se o exposto até aqui não culminar com a necessária integração do jornalista com a sociedade. Não faço críticas aos jornalistas, mas ao jornalismo de forma geral.

Nesse contexto, o jornalismo destaca-se como uma das principais modalidades de comunicação, exercida por meio das mais diversas linguagens e dos mais variados suportes técnicos.

São vários os casos de imprudência – para utilizar termos menos pejorativos – da imprensa brasileira em sua história, aliás, da imprensa mundial. Mas vamos fechar o foco na imprensa do Brasil.

O caso mais conhecido é o do julgamento público verificado na *Escola Base*, em São Paulo, no início de 1994. Esse caso até hoje é analisado por estudiosos do jornalismo e, com frequência, abordado em salas de aula e em seminários que discutem a ética no jornalismo.

Mesmo assim, a imprensa não aprende com seus erros. Continuam acontecer julgamentos públicos de personagens. Isso, porque os jornalistas não cumprem com a premissa básica do jornalismo: a checagem das apurações. Mas, também, a responsabilidade não é apenas dos profissionais do jornalismo.

Pode-se inculcar a responsabilidade na autêntica roda viva em que vivem, ou seja, o jornalista é escravo do *dead line* (esgotamento do horário em que o jornal deve estar pronto para a impressão; ou, esgotamento do horário a ser apresentado via rádio ou TV) e, por isso, não apura como deveria. Por sua vez, os veículos existem em face da escala industrial de suas publicações. Os horários é que são, na verdade, os agentes definidores desse processo.

Luis Antonio Magalhães analisa no *Observatório da Imprensa* de 21 de novembro de 2006 – e descrito a seguir – mais um caso de insensatez ou de imprudência da imprensa. Com muita propriedade, faz ligação com o caso da *Escola Base* e aponta os erros cometidos por todos.

Durou pouco, mas foi escandaloso. Na sexta-feira, o assassinato, em um bairro de classe média alta de São Paulo, de um casal de aposentados – Sebastião e Hilda Tavares – logo chamou atenção da imprensa. Os sites informativos começaram a noticiar o caso, que chocava pela violência praticada – os dois foram mortos a facadas – e pela apressada conclusão do delegado titular do 23º. DP de que o filho do casal assassinado, o escrevente Rogério Gonçalves Tavares, seria o principal suspeito de ter cometido o crime. Rogério havia sido encontrado no local do crime com um ferimento no pescoço e foi levado a um hospital. Ao longo da tarde de sexta-feira, a maior parte dos sites tratou o escrevente como assassino. Nos jornais de sábado, embora a polícia tenha recuado e passado a tratá-lo também como vítima, Rogério Tavares continuou aparecendo nas reportagens como suspeito de assassinar seus próprios pais. No domingo, porém, o caso foi finalmente solucionado. A Justiça decretou a prisão temporária do desempregado Luiz Eduardo Cirino, 29, que se apresentou à polícia e confessou ter assassinado os aposentados. Vizinho das vítimas, ele disse que entrou na casa para roubar e que matou o casal porque houve reação. Cirino entregou à polícia roupas sujas de sangue, uma máscara e uma faca que teriam sido usadas no crime. Não há dúvida alguma que o escrevente Rogério Tavares foi horrivelmente prejudicado pela imprensa. O prejuízo só não foi maior porque o assassino foi logo descoberto. Não fosse assim, Rogério passaria a conviver com, no mínimo, a suspeição de ter cometido não um, mas dois assassinatos. Aliás, o tempo em que Rogério permaneceu sob suspeição foi mesmo curto, mas o suficiente para que a residência do casal morto fosse pichada com frases ofensivas e ameaças ao escrevente. Além disto, alguns perfis publicados sobre o escrevente insinuavam que ele poderia ter algum tipo de doença mental. Ao fim e

ao cabo, a verdade é que a mídia comprou a versão apressada de um delegado – exatamente o mesmo roteiro do início do caso da Escola Base. Bastaria um pouco de prudência dos jornalistas e o mal feito ao escrevente teria sido evitado. Afinal, o "suspeito" estava ferido no pescoço, não havia sinais da arma do crime, as marcas de sangue iam até o muro da casa e a polícia havia sido chamada por uma vizinha que reportou ter visto um mascarado fugindo da residência. Rogério Tavares teria que ser realmente um grande ator para matar os pais e simular a coisa toda, ainda mais com a avó presente na cena do crime. Em certos momentos, como se pode perceber, é melhor pensar com a própria cabeça do que confiar na autoridade. Para o delegado e para a imprensa, a versão de um assassinato duplo perpetrado pelo filho das vítimas certamente tem "mais leitura", isto é, vende mais jornal e rende mais imagens da autoridade no exercício da nobre função. Um latrocínio é um crime bem mais comum e, portanto, menos "rentável". No episódio da Escola Base, a imprensa inteira foi atrás da versão de um delegado, com exceção do jornal *Diário Popular*. Lá houve um repórter que desconfiou do que ouviu, pensou com a própria cabeça e reportou a história ao seu editor, que convenceu a Direção de Redação a esquecer o assunto, apesar do apelo comercial que teria em um jornal popular como era o *Dipo* (*Diário Popular*). Alguém já disse que o jornal merecia, naquele ano, o Prêmio Esso por não ter publicado um único parágrafo sobre o caso...

José Marques de Melo (1998) afirma que os jornalistas não têm conhecimentos humanísticos que os habilitem para a compreensão clara dos fatos que geram notícias.

Valmir Salaro, experiente jornalista da *Rede Globo de Televisão*, duas vezes *Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo*, mostra sua constante preocupação com a apuração dos fatos em depoimento ao *Instituto Gutenberg* no *Boletim 12*, de novembro/dezembro de 1996. Em seu relato, diz que se abateu com o linchamento moral dos denunciados no caso da *Escola Base*. Deve-se frisar que foi ele o primeiro a noticiar o fato. A partir de algumas controvérsias em depoimentos e da linha de investigação da polícia, resolveu fazer suas apurações, até ter certeza de que tudo não passava de exageros, insensatez e imprudência.

Diz assim:

Hoje eu sinto muita, muita dificuldade para fazer reportagem policial. Sinto-me usado, me sinto como um carrasco, quando o papel do repórter teria de ser outro; ele teria que fiscalizar a polícia e ajudar a sociedade. Hoje você acaba sendo uma espécie da ponta-de-lança da polícia. Se a polícia apresenta uma pessoa como sendo um "grande bandido", você acaba embarcando e divulgando essa versão, e muitas vezes prejudica a vida desse suposto bandido que na verdade não passa de um coitado. O que estou reavaliando é como vou lidar com essas fontes, em quais fontes posso realmente confiar, e, mesmo confiando, ir buscar outras alternativas para checar a informação, quer dizer, redobrar a minha atenção, ficar sempre atento.

Segundo o professor e catedrático de Comunicação Social, Nilton Lages, da Universidade Federal de Santa Catarina, em palestra proferida no Fórum de Discussão do Exame Nacional de Cursos (Provão) de Jornalismo, em Campo Grande (MS), em 2001,

[...] o mercado de jornalismo é diversificado e se amplia cada vez mais. O que é comum a toda força jornalística é a ética e a função social do ofício. Não temos, por

hora, no Brasil, condições de mercado para especializar a formação segundo a natureza do veículo. Podemos, no entanto, fornecer conhecimentos adequados às diferentes mídias, esclarecendo o dever de informar corretamente e agir com retidão e competências. Jornalistas são intermediários no fluxo de informações, atuam com mídia que pressupõem instrumentalização e sua atitude depende essencialmente de decisões operacionais. Por isso mesmo, devem ser pessoas informadas e cultas. É algo que se amplia ao longo do processo de aprendizado e testemunho do que é o exercício da profissão.

A atuação profissional dos jornalistas como produtores de informações, que são usadas pelos indivíduos, para se situarem diante das realidades, contemporaneamente, se dá por meios e sistemas de comunicação que – exercendo crescentes determinações sobre a cultura, a política e a economia – originam-se como importantes instrumentos de poder. Há quem diga que depois dos três Poderes constituídos (legislativo, executivo e judiciário), a imprensa é o quatro.

Os profissionais do jornalismo, assim, cotidianamente, se defrontam com a necessidade de se posicionarem em perspectiva social e individual, com o equacionamento de questões ligadas à democracia e à ética, o que resulta em manipulação das informações.

Toda vez que ocorrer uma manipulação em um veículo, ela estará entrelaçada com a falta de ética, pois todas as vezes que o profissional manipular uma verdade, por diferentes motivos, estará faltando com a ética e ou com a justiça.

CAPÍTULO III

A busca pelo real com estética

O ser humano não consegue expor as coisas, as ideias ou os fatos, puramente. Ele as deforma, dobra-as, mascara-as, conforme o modo e a sensibilidade que tem para percebê-las e representá-las por meio de linguagens. Ao trabalhar com o acontecido presente em um passado imediato, aquilo que o jornalismo apresenta não é a realidade, mas sua representação, com toda a subjetividade que um olhar pode carregar.

O jornalista é o sujeito que foca uma ideia ou fato, no qual estão envolvidos outros sujeitos humanos, que na matéria produzida por ele se tornam seus objetos. O jornalista é sensível para perceber o mundo, mas precisa desenvolver sua sensibilidade para se tornar um profissional supersensível.

Ao se tratar da sensibilidade das pessoas, na tentativa de representarem a realidade, Faria (2021, p. 43), faz o questionamento:

Indagam meios de ser feliz?

A pessoa 'supersensível'
Aos estímulos aos sentidos e emoções,
Na seleção e análise do mundo,
Das figuras e do texto,
Na compreensão do contexto,
Da cultura e do discurso
Talvez saiba.

Mas o problema permanece,
Porque 'supersensível'
É característica perceptível na pessoa
E 'supersensibilidade' é parte intransferível dela!
As linguagens não são o mundo.
Representam caracteres de partes dele,
Semelhantes às ciências,
Às verdades, axiomas e mitos...
Acerca dele!

O jornalismo está sempre em um presente, narrando o que é passado, porém, um passado muito próximo, atual. Faz uma reconstrução desse passado por meio da linguagem, mas sem, jamais, conseguir recuperar o real em sua totalidade.

Enquanto a literatura pode transfigurar a pessoa real em personagem fictícia, utilizando-se do real possível, o jornalismo busca o *real-verdade* para compor a narrativa, mas enfrenta a influência de conhecimentos anteriores, de conceitos pré-concebidos, de história de

vida, de experiências que antecederam o fato. Dessa forma, seu olhar sofre essa influência que, certamente, será transmitida na narrativa. A verossimilhança pode ocupar o lugar da verdade como matéria-prima do texto jornalístico. Compõe o texto a vivência do narrador que o elabora.

Jornalistas comentem erros. Todavia, estão quase sempre imunes a esse risco: – não correm o risco de serem expostos publicamente. No máximo, são demitidos, num comportamento que se assemelha ao de outros grupos, muitas vezes acusados de corporativistas, ou como assinala, de forma ácida, o jornalista Luís Nassif, no Livro *Era do Escândalo*, de Mário Rosa (2004) – não aprofundam temas, não ganham consistência analítica, não perseguem o rigor técnico, não confirmam boatos antes de sua divulgação, nem buscam ângulos complexos da questão. As chefias das redações são excessivamente benevolentes e tolerantes diante da constatação de erros de jornalistas.

Policiais, políticos, militares ou diplomatas que resolverem problemas internos com afastamentos, punições brandas ou transferências para lugares distantes correm o risco de serem imediatamente taxados (pela mídia) de estarem praticando ‘acobertamento’, produzindo ‘impunidade’. Essa regra vale só para os outros?

Quando jornalistas erram, essa questão costuma ser abafada, confinada aos escaninhos das redações, sob o argumento de que se trata de ‘questão interna’, ‘questão privada’. Nessa hora, o argumento de interesse público perde força e, ao contrário de quase todas as outras profissões, o infrator normalmente escapa, sem sofrer execração.

Este autor é de uma geração que se iniciou na profissão, convivendo com tecnologias que davam à sala de composição e impressão um aspecto de oficina mecânica e à redação, o de uma escola de datilografia. A televisão e a radiodifusão não dispunham ainda da fantástica mobilidade de hoje, que retirou dos jornais impressos o controle do fato, em estado bruto.

As inovações tecnológicas na indústria gráfica, nas artes visuais, a invenção da fotografia, do cinema, do telefone, ajudaram a caracterizar a segunda metade do século passado como um período de extrema confiança no progresso técnico e de afirmação da chamada civilização ocidental.

Na televisão ou na radiodifusão, os jornalistas são profissionais ‘ao vivo e em direto’, que transmitem e recebem informações de diferentes partes do mundo, no mesmo momento em que o fato está se desenrolando. São cenários que, há alguns poucos anos, mal passavam pela cabeça dos mestres da ficção científica.

Desses cenários, vem esta consideração: todas estas inovações tecnológicas geram condições infinitamente superiores para a qualidade do trabalho do jornalista, mas, ao mesmo

tempo, exigem, pelo dinamismo, velocidade e diversidade de sua evolução, uma permanente formação continuada, atualizadora do jornalista profissional, principalmente sob o ponto de vista estético e ético.

Os jovens jornalistas exercem a profissão em um novo mundo, que surge do fim da Guerra Fria entre as superpotências e, conseqüente, mudança dos valores da velha ordem mundial. A contrapartida são mudanças políticas, econômicas, sociais, éticas, com velocidade e profundidade alimentadas pela disseminação instantânea e universal de fatos e situações, por meio dos modernos meios de comunicação.

Por isso, mais complexas ainda deverão ser, desde já, e ao longo de suas carreiras, as exigências quanto à natureza da informação que lhes caberá transmitir à sociedade por meio do jornal, da televisão, do rádio ou de outros meios criados pelas novas tecnologias da mídia.

A informação atual é predominantemente eletrônica, visual (e virtual) e universal, tanto via televisão quanto via computadores.

A aplicação da avançada tecnologia nos mais diversos setores da civilização é algo contraditório; a medicina é capaz de realizar verdadeiros milagres em termos de diagnósticos computadorizados ou microcirurgias inimagináveis há trinta ou quarenta anos, mas não acaba com a mortalidade infantil, as doenças endêmicas (malária, dengue, cólera, covid 19...) e a fome no terceiro mundo, ou as secas no Nordeste brasileiro.

A especialização passa a ser cada vez mais exigida em cada setor de atuação humana e os profissionais distanciam-se dos contatos diretos e intensos com o semelhante (humano), bem como da visão totalitária, que era um velho sonho da humanidade.

O jornalista moderno está inserido na alta tecnologia da informação e nunca a velha norma de que ‘não existe nada mais velho que o jornal de ontem’ foi mais verdadeira que neste início de milênio. As conquistas espaciais e as inovações da eletrônica deram velocidade incrível à notícia, colocando a informação dentro da casa de cada indivíduo quase instantaneamente.

Mas os imprevistos também chegam rapidamente, muitas vezes no instante mesmo em que estão ocorrendo: – a Guerra do Golfo foi um exemplo típico de informação imediata. Aliás, uma guerra tão tecnológica que ficou muito próxima de um *vídeo-game* imenso, vista e tratada como se os seres humanos envolvidos não fossem exatamente personagens reais, com sofrimentos, dores e mortes. Verdade que havia serena censura e só era transmitido o que as autoridades militares responsáveis pelo comando permitiam.

A economia atual é causa e conseqüência desta competição desenfreada. Quem domina a tecnologia de ponta domina o mercado. Ora, se a corrida tecnológica vai acelerando

com o passar do tempo, e o cidadão da sociedade moderna está envolvido nela, sua vida também se torna acelerada; ele recebe alta carga de informações diariamente e sabe que não pode desperdiçar seu tempo, sob pena de ficar desatualizado e desinformado. Uma das consequências deste ritmo é a efemeridade de tudo, tornando os fatos vagos, superficiais, descartáveis mesmo.

A velocidade e superficialidade dos tempos atuais são realimentadas, diariamente, pelos ideais consumistas que atendem tão somente às classes capitalistas dominantes. O consumismo é difundido por essas classes, porque elas têm total poder sobre o universo televisivo, radiofônico, midiático.

O consumismo e o imediatismo já são as novas ideologias amadas por todas as classes sociais, com exceção de poucas pessoas em cada uma destas classes. Eles induzem as pessoas a assumirem falsas necessidades do inédito, da novidade, mesmo quando é sabido, fartamente, por todos que tal novidade logo será de amplo domínio e posse por parte da maioria das pessoas.

O *status* do imediatismo pioneiro de estar além, de ser portador da novidade, que faz com que cada um possa seja, mesmo momentaneamente, o mais destacado e mais atualizado, é alimentado pela sociedade consumista e mais destacadamente ainda, quando se trata de tecnologia.

De alguma maneira, num dado momento, a mídia eletrônica passou a assumir a posse da verdade e, só é crível e respeitável o que nela é veiculado ou está inserido. Ou seja, aconteceu de fato ou tem existência garantida o que está no veículo eletrônico ou, pelo menos, só têm relevância os personagens, acontecimentos e produtos, que merecem atenção do universo televisivo, radiofônico, midiático.

Portanto, a cultura, os costumes sociais e modismos são orientados pela moderna comunicação. A velha informação boca a boca, transmitida de um indivíduo a outro como nos tempos antigos perdeu a credibilidade e tomou foros de boato. Existe a necessidade do atestado de veracidade transmitido pelos veículos de comunicação. Lógico que a carga de responsabilidade dos profissionais envolvidos com a moderna mídia aumentou muito, não só a do jornalista, como a do produtor e a do publicitário, que hoje não lidam mais somente com as peças publicitárias explícitas, mas, também, com o *merchandising*, que é subliminar e apenas confirma a ‘ascensão’ exercida pelo universo televisivo, radiofônico, midiático sobre o grande público.

Com o desenvolvimento da televisão e sua popularização, foi surgindo, naturalmente, sua linguagem própria – que no início mal passava de rádio com imagem – que determinou a

mudança também no rádio. Vale lembrar que uma das principais características da televisão é a de ser ativa, fornecendo ao telespectador, ‘verdades’ prontas e acabadas – som, imagem e ambientação – tornando-o passivo, sobretudo por alcançar o indivíduo relaxado, física e mentalmente, o que o predispõe à aceitação pacífica e inquestionável de quase tudo que o veículo lhe trazer, na intimidade de seu lar. Muito mais cômodo para o grande público é ouvir a notícia via televisão do que forçar a vista e a atenção no texto do jornal.

Também há uma tendência à hierarquização da notícia por parte do receptor. O que é veiculado na TV teria maior importância, tanto do que é veiculado no rádio, quanto do que é veiculado por gráfica aplicada nos impressos e, assim por diante.

A linguagem da televisão – rápida e superficial, com muitos cortes de imagens e textos – vai se impondo de tal maneira, que os impressos têm mostrado a triste tendência da superficialidade. Também contribui para essa superficialidade, a pressão que as empresas impõem aos profissionais, numa vã tentativa de competição com um meio tecnologicamente (a TV) muito mais avançado.

O jornal e as revistas semanais ou mensais ou semestrais precisam de caminhos e características próprias, sem a preocupação com a velocidade dos meios eletrônicos.

O jornalista que deseja evoluir plenamente na imprensa de ‘qualidade ou influência’ será, cada vez menos, um mero recolhedor de dados, amparado por um bom editor ou contando, nos seus erros, com a tolerância ou a ignorância de telespectadores ou leitores, cujas deficiências deverão ser sempre menores.

Cada vez mais, será exigido do profissional um pleno conhecimento do setor temático sob sua responsabilidade, para transmitir, pela televisão ou pelo rádio, as informações essenciais do dia ou conduzir entrevistas e debates. Será exigido, também, que seja capaz de investigar, contextualizar ou interpretar acontecimentos e processos no jornal impresso, que, penosamente, após a perda do controle do fato em bruto, descobrindo alternativas mais nobres e sofisticadas de informação, para assegurar a sua sobrevivência.

Esta é, pois, uma nova realidade: os leitores demandarão cada vez mais os jornais de qualidade, como já começa a ocorrer, segundo indicam pesquisas recentes, uma informação diferenciada que lhes permita o entendimento aprofundado do fato político, econômico, científico ou esportivo que ele ‘viu’, na véspera, na televisão.

A partir do quadro esboçado, é possível compreender porque o jornalismo assumiu, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, uma posição dominante na cena das relações sociais. Aquilo que se entende por *Comunicação social* encontra-se no cerne do modo de produção capitalista: – sejam os processos de produção, emissão, circulação, difusão

e recepção de informações, sejam elas jornalísticas, ficcionais (cinema e demais programas de entretenimento em rádio e televisão), persuasivas (publicidade, relações públicas) ou institucionais (comunicação empresarial, rural, sindical, comunitária, entre outras).

O amplo sistema de mídias que compõe o aparato da *Comunicação social* é responsável pela manutenção de uma teia de relações ideológicas e simbólicas que convoca, cada vez mais, a sociedade ao consumo e ao prazer, alimentando e sedimentando a estrutura social que sustenta, além de representar, também, ele próprio, um setor da economia extremamente dinâmico: a indústria da informação e do entretenimento ocupa hoje uma posição destacada entre os setores mais competitivos da economia global.

O Brasil participa desse mercado com inserções significativas em termos de exportação de novelas e outros programas televisivos, e em menor escala, produtos editoriais, bem como importação de produtos e serviços. –

Este trabalho foi condicionado, em sua formulação, por dois vetores muito evidentes, em torno do objeto *Comunicação sociais*: – de um lado, as profundas transformações tecnológicas vividas globalmente, cujos impactos sociais não estão ainda plenamente configurados; e, de outro, – o momento de necessidade da integração do jornalista com sua comunidade, prerrogativa básica nos dias de hoje para a contextualização da *Comunicação social* no cotidiano de uma sociedade.

Certamente, os jornalistas estão se perguntando como isto poderá afetá-los. Que papel estaria reservado aos meios de comunicação nesta nova ordem?

Parte da resposta já está indicada. Cada vez mais, o universo será o nosso cenário. A informação, na sua forma mais refinada, é e será crescentemente um dos instrumentos da vanguarda para a promoção da reformulação geral da ordem econômica e política mundial. Entretanto, há delicados problemas a serem esclarecidos, ao longo dos próximos anos, em relação à estrutura de controle dos meios de comunicação e, em consequência, em relação à natureza, ao conteúdo e às formas de implementação da informação.

A imprensa, hoje, é vista como o quarto poder, pois é ela quem detém a comunicação e influencia a opinião pública. Ela é mediadora das relações entre o Estado e a sociedade e, se não for aplicada de forma ética e estética, pode prejudicar ou favorecer outro grupo – o que não é raro. Aqui está um velho problema: se personalizarmos a instituição imprensa e perguntarmos a ela para quem ela quer trabalhar, certamente responderia que é para quem paga mais.

Com a necessária investigação da revelação de tendências e riscos, da denúncia de anormalidades e abusos, da defesa enfim, da integridade da informação como serviço público,

os jornalistas contribuem para o aperfeiçoamento de uma democracia mais participativa, ao subsidiar a sociedade, com suas decisões e reflexões.

Cabe ao jornalista, portanto, buscar sua interação com a sociedade em que vive por meio de seu trabalho, de sua técnica, com estética. Pode-se informar sem enaltecer a catástrofe. Pode-se noticiar algo desagradável sem necessariamente enaltecer o lado ruim desse fato.

Imbuído desses princípios, o jornalista estará contribuindo, decisivamente, com a melhoria da qualidade de vida de sua comunidade e, acima de tudo, cumprindo com seu efetivo papel social: informar, com efetiva responsabilidade.

A mídia exerce, pois, papel fundamental no mundo moderno: definir a pauta do cotidiano e expor os personagens que a encarnam. A mídia funcionaria idealmente, assim, como uma espécie de espelho do ambiente social. Um espelho seletivo, pois se concentra, não sobre todos os temas do universo social, mas apenas sobre aqueles que são mais importantes ou surpreendentes em determinado mês, semana, dia ou hora.

Nesse sentido, qualquer mídia, em qualquer lugar do mundo, embute em seu âmago certo grau de distorção, pois não reflete a realidade como um todo, senão seus aspectos capitais. Mas, no caso brasileiro, corre-se o risco de que esse grau de distorção esteja sendo bem maior, na medida em que alguns atores importantes estão sendo muito mais expostos do que outros, igualmente importantes. Essa distorção no espelho pode trazer como resultado diversas consequências políticas e sociais indesejáveis.

Em países europeus e nos EUA, o estudo do papel da mídia se concentra no mais poderoso veículo de comunicação moderna, a televisão, pois, tanto os críticos, quanto os defensores da mídia são unânimes em reconhecer: o enfoque da mídia não pode ser desvinculado do enfoque dos outros conteúdos transmitidos pela tevê. Assim, o noticiário de massa não seria influenciado apenas pelos fatos, mas também moldado por uma forma ‘dramatizada’ de se ver a realidade.

O professor John Thompson, em depoimento para o livro *Era do Escândalo*, de Mário Rosa, destaca que:

O caráter vivo e fortemente visual da televisão acentua as qualidades pessoais das pessoas públicas, que se mostram em nossas telas cada vez mais como celebridades da mídia, aumentando, com isso, os riscos associados a revelações e alegações que trazem dúvidas sobre suas competências. A distância entre política e entretenimento se torna sempre mais nebulosa. Celebridades da indústria do entretenimento se misturam a figuras da vida pública e, aos olhos das pessoas comuns, esses mundos começam a se fundir.

Na visão de autores como Thompson, os escândalos preenchem um espaço crescente na ‘novela’ da vida real, em que a forma de narrativa jornalística se confunde cada vez mais com as formas tradicionais de drama (inclusive com seus arquétipos básicos, os vilões, os mocinhos, o ápice e o desfecho de cada drama ou escândalo).

O analista americano Martin Esslin, em seu livro *The age of television* (A era da televisão), também em relato para o livro *Era do Escândalo*, de Mário Rosa, ressalta que:

No nível mais óbvio, a televisão é um meio dramático simplesmente porque a maior parte do material que ela transmite tem o formato do drama tradicional, consistindo em material ficcional, representado por atores e empregando trama, diálogos, caracterizações, gestos e trajés.

Ao destacar dados como esse, o que os estudiosos da mídia procuram sustentar é que a linguagem e a representação dos fatos pelos jornalistas acabam – mesmo que involuntariamente – tendo como referência os padrões de descrição da tevê. E é essa linguagem, essa forma de absorver as informações, a partir de formatos dramáticos massificados, que serve de referência para o público que consome notícias.

O cientista político alemão Thomas Meyer, da Universidade de Dortmund, apresenta assim a ‘teatralização’ do noticiário:

Dramas e mini-dramas são absolutamente corriqueiros, tanto na imprensa escrita quanto no rádio e na televisão. Nós vivemos a experiência de narrativas de arquétipos nas reportagens jornalísticas, com figuras que retornam sempre e sempre na vida e na arte: o pai e a mãe, o amigo e o inimigo, o diretor de regras, o mocinho e o vilão, o traidor, o inocente, o sábio, o especialista, o vagabundo, a raposa, o poderoso, o sem poder, todos num perfil de atores políticos conhecidos ou desconhecidos. Todas essas figuras permitem à mídia estruturar sua apresentação dos acontecimentos como uma sequência de episódios cheios de significados narrativos.

A esta altura, é preciso fazer uma relativização. Toda vez que se lança mão de textos de teorias da comunicação, corre-se o risco de enveredar por um terreno pantanoso, totalmente apartado da prática e dos elementos que constituem a realidade de jornalistas e publicações.

É preciso deixar claro que jornalistas não fazem matérias nem correm atrás de fatos motivados por ‘elementos dramáticos de narrativa’. O que os move é a legítima ambição profissional de se destacar na carreira, como ocorre em qualquer outra profissão.

Portanto, que não se caia na tentação de enxergar uma grande conspiração movida por engrenagens gigantescas e invisíveis da mídia. O dia-a-dia dos profissionais de imprensa

transcorre em clima de normalidade e os códigos que levam um jornalista a dar destaque a esse ou àquele tema e retratá-lo, dessa ou daquela forma, são fruto da observação, do aprendizado, da cultura jornalística e, do exercício prático da atividade, com a sempre onipresente pressão dos índices de audiência e, de vendagem em bancas ou em assinaturas de periódicos.

Porém, não se deve cair na tentação de outro tipo de radicalismo. Se for verdade que jornalistas não fazem matérias, orientados por autores de novela, é verdade, também, que não se pode desconsiderar o enorme peso que têm os elementos da narrativa dramática.

A cultura de nossa era trouxe, entre outras transformações, um acesso inédito a conteúdos dramáticos. Qualquer cidadão de qualquer cidade brasileira tem acesso hoje a mais dramas (novelas e filmes na tevê, livros, contos publicados em jornais, peças de teatro eventualmente) do que todos os nossos ancestrais. Estamos expostos a uma carga de informações inédita. na era da informação globalizada.

Mas essa era inclui, também, maior acesso a uma cesta de produtos culturais (e dramáticos), a maioria deles gratuitos ou de baixíssimo custo, desde os nossos mais tenros anos. Isso influencia nosso modo de ver o mundo, de receber informações – e, os jornalistas, por menos afeitos que sejam a teorias abstratas, são tão humanos quanto a todos os outros. Não estão nem mais, nem menos imunes à era da informação.

O pensamento de Faria (2021, p. 41) ilustra, com ironia, a ilusão da informação em quantidade, sem discernimento:

Indaguei:

– “Mundo mundo vasto mundo”,
 Se de Vós eu tivesse todas as informações,
 Seria eu a pessoa mais poderosa do mundo?
 E ele me respondeu:
 – De nada adianta essa ilusão,
 Nenhuma solução!
 À sua disposição, todas elas estão.
 O que lhe cobram é o conhecimento,
 É o saber muito e tanto... e tanto,
 Vindo de seleções, exames e experimentos muitos,
 Com isto ou aquilo,
 Capazes de aquecer cabeças até queimar dendritos!

A mídia – no mundo e no Brasil – tem, hoje, uma forma própria de relatar e observar a realidade, na qual os elementos clássicos do drama estão sempre presentes. Os estereótipos dos personagens da notícia – vilões, mocinhos, fortes e fracos, justos, injustos e justiceiros –

são também personagens de nossa ‘novela’ do dia-a-dia, mudando de *script* e, de fala, a cada edição dos telejornais, jornais e revistas.

Ao se tratar dos estereótipos dos personagens da notícia, que influenciam toda a cadeia midiática industrial dos noticiários, o jornalista com formação humanística, técnica, científica, ética e estética, ao abordá-los, atenta-se para os perigos das máscaras que o obrigam usar.

Faria (2021, p. 37) esclarece:

Eu tinha um sonho
De viver...
Sem máscaras,
Nem armas ou armaduras.

Não deu certo!

Enfim,
Aprendo a me adaptar
Para sentir a vida!

E saibam todos vocês...
E os outros, também...
Que não sou,
Jamais...
O contrário,
Nem igual...

À máscara
Que me obrigam usar!

No mundo em que políticos, empresas e empresários estão cada vez mais expostos, cada um desses atores tenderá a personificar um desses papéis em algum momento. Obviamente, a forma como serão retratados dependerá, em grande parte, de suas próprias atitudes. Quem erra ou comete infrações graves candidata-se a desempenhar o papel de ‘vilão’ em nossa crônica midiática. Da mesma forma, quem tem um acervo público de realizações e ações benéficas, provavelmente, irá influenciar favoravelmente na qualificação de seu ‘personagem’. A ética, portanto, é um ativo palpável e valioso. Isso é claro.

Considerando, então, que os atores do mundo político e empresarial podem aparecer nos dramas de nosso cotidiano, relatados a partir dos valores que cultivam em sua identidade pública, resta analisar um último aspecto de nossa democracia teatral: o enfoque adotado pelos ‘autores’ de nossa realidade, na hora de compor seus enredos – ou reportagens, se assim se preferir.

CAPÍTULO IV

A recuperação da função social do jornalismo

O jornalismo é forma social de conhecimento singular. Como tal, representa uma atividade para a sociedade, com a função de implantar e divulgar ideologias (É sua especialidade). Essa perspectiva de captar o cerne dos fatos envolve valores que, inevitavelmente, ultrapassam a objetividade. Trata-se de conceitos também individuais que dizem respeito aos condicionamentos do passado e seus reflexos na percepção do mundo.

Essa discussão partiu da necessidade de se avaliar as academias e o sistema de formação do jornalista. Observa-se um conhecimento cada vez mais restrito, limitado e, portanto, menos problematizador, menos social. Com base nestas análises, surge uma nova concepção de prática jornalística, em que se deseja questionar e redefinir elementos de uso acadêmico e profissional que relacionem pensamento e linguagem.

Na verdade, a prática educativa das faculdades vem se adaptando de acordo com as necessidades de cada época. Num período de repressão – como ocorreu em 1964 –, o jornalismo apresentava um caráter mais humanista, a fim de rejeitar maiores discussões políticas. Já, com o desenvolvimento social e, portanto, da comunicação, o currículo passou a exigir especialização.

Por conta dessa ‘especialização’ é que os jornalistas passaram a entender que seus textos deveriam ser isentos de qualquer manifestação, sentimento ou até mesmo, de emoção, como se isso fosse humanamente possível. Ou seja, conseguimos imaginar que determinado jornalista entra em uma redação para mais um dia de trabalho e deixa do lado de fora suas preocupações, anseios, expectativas, desilusões, alegrias? Isso para que sua profissão e sua atuação seja ‘imparcial, isenta’? A velha contradição nas instituições é: *aqui trabalhemos com a razão, apenas.*

Outra vez, Faria (2021, p. 33-34) questiona, também:

As minhas manifestações emocionais,
De amor e de alegria são permitidas
Mas com muitas restrições
Culturais e ‘educacionais’!

Pior ainda:
As de raiva, de tristeza e de medo
São expressamente condenadas!

A minha cara

Não é a minha.

É a cara alheia
Do comportamento
Da pessoa produtora de ‘bens e serviços’,
Sem sentimento:
Centrada no pensamento ‘lógico’
E seco,
Sem utilidade nenhuma
Para o coração!!!

A minha cara social é a ‘lógica’
Da ideologia imposta a mim:
Produção de ‘mais valia’
Para os donos do ‘capital’!

E o que é péssimo:
Meu pão de cada dia
Depende a obediência cega
A uma hierarquia:
Inquestionável!...

Então,
Faço o meu trabalho,
Mas com avaliação,
Sujeita a penalidades absurdas
Da competitividade de resultados,
Não de processos!

Se o sucesso é meu,
O mérito nem sempre é.

O homem é, na sua essência, político, já apregoava Aristóteles. Por ser político, cotidianamente faz escolhas. Precisa opinar. Se isso é uma realidade, como exigir completa isenção de um jornalista?

Se houvesse verdade única, em um tribunal não existiriam dois advogados: um para atacar e outro para defender o acusado.

A tendência atual das escolas de comunicação é investir na superioridade da teoria, enquanto deveriam valorizar a prática, para dela extrair conteúdos teóricos. Esse procedimento implica no bloqueio da criatividade e da espontaneidade dos indivíduos, reduzindo, assim, as possibilidades de entendimento e de mudanças. Mudanças estas que dizem respeito a todo público: docente, estudantes, poder. Mudanças que provocam conflitos, pois envolvem aspectos individuais, históricos e sociais. Enfim, mudanças capazes de localizar o ‘objeto perdido’ da comunicação ou ainda distanciar-se dele.

Meditsch (1996) diz que na tentativa de abordar os acontecimentos por meio de um enfoque ilusoriamente objetivo, que não lhe diz respeito, o jornalismo peca em seu

compromisso social, perdendo em conteúdo. Em face de isso, o jornalismo não se engaja na sociedade e, pior, não aponta soluções aos problemas da coletividade em que está inserido.

As informações de uma notícia são organizadas, não somente para informar ao público, mas, para convencê-lo de que as conclusões e decisões são corretas. Um indivíduo dotado de senso crítico possui a capacidade de analisar e discernir problemas de forma inteligente e racional, sem aceitar, automaticamente, opiniões alheias. É justamente nesse ponto que deveria entrar a característica primeira do jornalismo, ou seja, a de informar e formar opinião de modo a estimular o senso crítico das pessoas.

O jornalismo necessita, prementemente, recuperar sua alma potencial e sua vocação nobre de instrumento leitor da realidade, em bases amplificadas, sintonizadas com a busca da ampliação da consciência do ser humano. Precisa contribuir para fomentar a capacidade potencial do indivíduo em construir, com as outras forças da existência, uma realidade psicossocial e ecológica mais condizente com o propósito de evolução da vida inteligente.

Levi (1993) nos diz que o sentido ético e a sensibilidade política são primordiais para um jornalismo, tanto prático, quanto teórico, que atenda às demandas da sociedade, com retrospectiva social declarada de sua utilidade, enquanto meio informativo e de formação de consciência crítica e discernimento dos leitores.

Se houver a preocupação dos jornalistas de sempre serem respeitados os princípios éticos, seguramente estarão se transformando em profissionais efetivamente ‘ligados’ ao seu efetivo papel social.

Esse papel social é muito bem questionado por Sfreddo (1997) em brilhante ensaio. Seus questionamentos fazem pensar.

O trabalho que desempenhamos como comunicadores, no campo da comunicação, é social, tem servido aos olhares, ouvidos e vozes, para fazer com que os cidadãos pensem, a ponto de desejarem e iniciarem mudanças definitivas para as futuras gerações?

Somos a cortina do palco que se abre para a atenta plateia e escancara o desempenho dos atores?

Nossa função social é despertar consciências, motivar atitudes promissoras de prosperidade, enquanto fugimos às superficialidades e às omissões intencionais para atender expectativa dos donos do capital, que aumentam as diferenças sociais. Nossa familiaridade com o conteúdo e com a forma da mensagem nos faz agir de maneira maniqueísta (a opor valores e não valores, o bem e mal), para simplificar a sua recepção, sem questionamento, nem esclarecimento, porque acreditamos que nossos leitores não são capazes de pensar: são apenas receptores passivos?

A autocrítica e a certeza de que falhamos também podem nos dar mais consciência do papel que desempenhamos enquanto profissionais, em plena era da informação.

Somos formados e nos preparamos para informar, aglutinar, sensibilizar, revelar a existência de um ‘novo’ mundo. Devemos ser tão profissionais, a ponto de sermos da única profissão que consegue mostrar aos leitores um mundo que eles ainda não viram, de evolução, descobertas e um mundo de mazelas, de atraso, de exclusão.

Devemos provocar no cidadão a satisfação da necessidade de viver dignamente e com liberdade, com poderes e ações de mediadores de mudanças que a sociedade almeja, de forma democrática.

Mas o que devemos entender como jornalistas com a necessária visão social da realidade em que vivem?

Um exemplo dessa análise foi o *X Encontro latino-americano de faculdades de Comunicação social*, evento realizado em São Paulo (SP), em outubro de 2000.

Aquele encontro teve como tema a *Comunicação e cultura da paz*. Durante quatro dias, estudiosos dos meios de comunicação, jornalistas e estudantes, debateram os rumos da comunicação – e mais acentuadamente do *Jornalismo neste milênio*. A preocupação com o outro, com a ética, com o meio ambiente, enfim, com a paz, foi amplamente discutida e, muitos questionamentos levantados, que fizeram refletir.

Em seu pronunciamento, na abertura do *X Encontro*, o presidente da Felafacs (Federação Latinoamericana de Faculdades de Comunicação Social), professor doutor Luis Nuñez Gornés, disse que há muito, o jornalismo não atende aos anseios da sociedade em que está inserido. Segundo ele, os jornalistas, atualmente, estão muito mais preocupados em atender aos interesses dos veículos em que trabalham do que em auxiliar a sua comunidade. Com o dedo na ferida, Gornés afirmou, na oportunidade, que ‘o técnico está se sobrepondo ao humano’.

Felafacs (2000) afirma que vivemos em uma conturbada, problemática: a Comunidade Latino-Americana, cheia de conflitos e guerras. Nossas faculdades estão formando os tecnicistas e, inacreditável, é que, uma determinada faculdade estava formando correspondentes de guerra! O que queremos devemos é formar correspondentes para a paz. Isso é o que se espera do jornalista preocupado com o estético, com o social, ou seja, aquele profissional consciente de que, com sua técnica, pode mostrar todo o contexto do fato narrado ou personagem retratado. O jornalismo com estética mostra todos os ‘cenários’, fatos anteriores e consequências daquilo que é notícia. Notícia o ‘agora’, mas mostra o ‘antes’ e seus desdobramentos.

Cabe ao jornalista, portanto, buscar sua interação com a sociedade em que vive por meio de seu trabalho, de sua técnica, com estética. Pode-se informar, sem enaltecer a catástrofe. Pode-se noticiar algo desagradável, sem necessariamente enaltecer o lado ruim desse fato.

Imbuído desses princípios, o jornalista estará contribuindo decisivamente na melhoria da qualidade de vida de sua comunidade e, acima de tudo, cumprindo com seu efetivo papel social: informar, com efetiva responsabilidade.

Gornés acredita que isso é possível, já que a própria sociedade clama pela notícia sem sua espetacularização. Prova disso é que sistematicamente veículos que realizavam esse tipo de jornalismo têm sido esquecidos pela opinião pública. E, se isso acontece, em pouco espaço de tempo, fecham ou saem do ar. É uma prova inequívoca que a sociedade sabe o que quer, o que espera do jornalismo e, em especial, dos jornalistas.

E, no fundo, os jornalistas (poucos, infelizmente) também sabem o que precisam fazer.

Vejamos artigo assinado pelo jornalista Álvaro Muller (2007), no *Jornal da Cidade*, de Aracaju, Sergipe, de 22 de agosto de 2007, p. B6:

Filhos da pauta! Três, dois, um. Início do off. Respiração ponderada e microfone em riste, o repórter televisivo anuncia, de forma pomposa, a sua morte. Em meio a tanto esplendor, a tanto espetáculo, não percebe que é um suicida. E que na televisão é assim. Retocam-se as maquiagens, borram-se os textos, enodoam-se as ideias, destemperam-se o faro investigativo e a criticidade do engomado jornalista. A inquietude se foi. O olhar fulgurante, sedento, incisivo sobre a pauta praticamente inexistente. Abriu alas para uma apatia descomunal, para a incapacidade de questionamento; perdeu para o discurso medíocre da instantaneidade, do imediatismo; vergou-se frente a correria bestial para 'cobrir tudo' que, geralmente, acaba por não cobrir bulhufas. O repórter televisivo deixou de ser a víbora e encarnou lagartixa. Perante o entrevistado, balança insistente e positivamente a cabeça, sorri de forma cínica, como se estivesse a processar as informações que recebe, mas nada diseca. As absorve apenas e, boas ou ruins, verdades ou mentiras, as regurgita na redação. Filho da pauta, agarra-se a ela como um rebento primata preso às costas da mãe. E não a larga por nada. Já não tem mais fontes. Já não sugere pautas – nem mesmo aquelas que gostaria de cobrir. Já não se orgulha por trazer da rua a informação a mais que a pauta não lhe dava. Não. O universo do repórter engomadinho e maquiado resume-se ao espaço de uma folha A4. Incompreendeu que é a alma do jornalismo. Pior, desaprendeu a ser repórter. Não fuça, não esmiúça, não escarafuncha nada. Deixou de ser o pugilista das palavras que, à primeira abertura de guarda do entrevistado, socava-lhe o estômago com uma pergunta ácida e fulminante, capaz de derrocar uma história inventada. Supervaloriza alguns segundos de passagem (momento em que aparece no vídeo) e os sobrepõem à sua capacidade textual e de discernimento, ao seu olhar crítico sobre as coisas. Reúne a família para assistir às suas performances e sente-se um deus. Crê em um reconhecimento tão ilusório quanto tem sido o seu papel de informador. Ego nas alturas (alguns sequer cumprimentam os colegas de profissão), sente a 'glória' do reconhecimento, quando, na verdade, é apenas um conhecido fadado ao esquecimento caso suma da tela por alguns meses ou até mesmo dias. Eis a prova da efemeridade em que a TV transformou o seu trabalho, mas que ele faz questão de reverenciar. O repórter televisivo já não vê poesia em sua profissão. Escreve por escrever. E se estiver próximo de encerrar o expediente, escreve qualquer coisa

mesmo. Tornou-se um burocrata. Ou seja, tudo o que não poderia ser. Esquálida, a alma do jornalismo desaba em frangalhos. Álvaro Müller é jornalista?

São os jornalistas que precisam ter consciência de sua responsabilidade, pois suas canetas, seus computadores, suas câmeras fotográficas ou de vídeos e seus microfones podem enaltecer pessoas, personagens e atores, fatos ou, destruí-los.

Entretanto, os jornalistas são os que mais influenciam as comunidades locais, nacionais e internacionais, a caminhar por onde têm caminhado, na pobreza ou na riqueza, na saúde ou na doença, na paz ou na guerra. Além disso, os jornalistas, enquanto mediadores das relações entre governos e povo governado, são os primeiros que devem, com toda propriedade de conhecimentos dos fatos verídicos, indagar o povo em suas comunidades.

O que querem saber? Quais são os maiores erros e acertos dos seus governos? O que mais lhes afligem? Quais são seus anseios? Quais são as suas potencialidades, fragilidades e esperanças? O que é possível fazer hoje e amanhã? Etc.

Devemos acreditar que o jornalista seja digno da confiança dos cidadãos para ajudar a pensar, sentir e buscar soluções para os fatos problemáticos do cotidiano. Devemos acreditar que jornalismo ainda consiga, de fato, exercer o Quarto Poder, ao mediar, satisfatoriamente, as relações entre governos e povos governados.

REFERÊNCIAS

- CARRATO, Angela. Desafios para a formação de jornalistas às vésperas do terceiro milênio, **Revista do Fórum nacional de jornalistas**. Belo Horizonte: Editora PUC/Minas, 1998. p. 26.
- DERRIDA, Jacques. *Limited Inc.* Tradução de Constança Marcondes. Campinas: Papirus, 1991.
- FARIA, Luiz Antônio de. **Entre o céu e a montanha**. Aparecida de Goiânia, GO: Editora Alfredo Nasser, 2021.
- FELAFACS - **Federação Latinoamericana de Faculdades de Comunicação Social**. 2000.
- FIGUEIRA, Diego. Detonando o Jornalismo. ECOS - **Revista Pelotas**: Universidade Católica de Pelotas, EDUCAT, v. 4, n. 1, p. 1-104, jan./jul., 2000.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLLI, F. **Platão**: Para entender o texto. 3. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- LAGES, Nílton. Palestra proferida. **Fórum de Discussão do Exame Nacional de Cursos (Provão) de Jornalismo**, Campo Grande (MS), 2001.
- LEVI, Renato. O jornalismo como disciplina científica. Intercom. **Revista Brasileira de Comunicação**. São Paulo, v. XVI, jul./dez., 1993.
- LIMA, Eduardo Pereira. *In*: O Jornal laboratório, revelação e a humanização da narrativa jornalística brasileira. **Prêmio Top Professor Mário Palmério**, Associação Brasileira de Ensino Superior, Brasília, ABMES, 2000.
- MACHADO, Arlindo. **Máquina e imaginário**: O Desafio das Poéticas Tecnológicas. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Jornalismo fin-de-siecle**. São Paulo: Escritta, 1993.
- MELO, José Marques de. Jornalismo: Carreira ou Habilitação. **Revista do Fórum Nacional de Jornalistas**: Editora PUC, Minas, 1998. p. 13.
- MELO, José Marques de. Especialização e segmentação desafiam carreira. **Revista Imprensa**, n. 102, p. 96, 1996.
- MULLER, Álvaro. **Filhos da pauta**. Aracaju: Jornal da Cidade, 2007.
- ROSA, Mário. **A era do escândalo**: lições relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem. 3. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- SANTAELLA, Lúcia. **Produção de Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Cortez, 1996.
- SFREDDO, Marta. Papel do Profissional de Comunicação, **Revista Comunicando**, Universidade de Caxias do Sul: Caxias do Sul (RS), 1997. p. 24-25.